



Universidade Federal
de Ouro Preto

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**



Ana Clara Oliveira de Souza

Existe persistência da concentração bancária no Brasil? Uma análise para o período de 2007-2025.

Mariana - MG

2026

Ana Clara Oliveira de Souza

Existe persistência da concentração bancária no Brasil? Uma análise para o período de 2007-2025.

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para bacharel em Ciências Econômicas .

Orientador: Prof. Dr^a. Fernanda Faria Silva

**MARIANA - MG
DEECO / ICSA / UFOP
JULHO / 2026**

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

S729e Souza, Ana Clara Oliveira de.

Existe persistência da concentração bancária no Brasil? [manuscrito]: uma análise para o período de 2007-2025. / Ana Clara Oliveira de Souza. - 2026.

71 f.: il.: gráf., tab..

Orientadora: Profa. Dra. Fernanda Faria Silva.

Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Ciências Econômicas .

1. Bancos - Brasil. 2. Bancos - Automação. 3. Direito bancário. 4. Finanças internacionais. 5. Tecnologia de ponta. I. Silva, Fernanda Faria. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 336.7

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - CRB6 1407



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS



FOLHA DE APROVAÇÃO

Ana Clara Oliveira de Souza

Existe persistência da concentração bancária no Brasil? Uma análise para o período de 2007-2025

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em 23 de Julho de 2026.

Membros da banca

Profa Dra. Fernanda Faria Silva (orientadora) - (Departamento de Ciências Econômicas /Universidade Federal de Ouro Preto)

Profa Dra. Rosangela Aparecida Fernandes - (Departamento de Ciências Econômicas /Universidade Federal de Ouro Preto)

Carolina Rodrigues Fonseca (Msc em Economia Aplicada / Doutoranda CEDEPLAR-UFMG)

Profa Dra. Fernanda Faria Silva , orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 06 de Agosto 2026.



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Faria Silva, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 13/08/2026, às 19:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **1145637** e o código CRC **7FAAFC05**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 23109.008117/2026-76

SEI nº 1145637

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35402-163
Telefone: (31)3557-3835 - www.ufop.br

*“Não faça da vida um martírio,
faça da vida um prazer”
-Ferreira, Roberto*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela força e coragem de superar os desafios desta jornada, com Ele compreendo que a transformação vem a partir do conhecimento.

À minha família, em especial a minha mãe, Meryjane que sempre me apoiou e esteve presente nos momentos mais difíceis e me dando os melhores conselhos, que só ela poderia me dar, e ao meu pai, Roberto por ter me mostrado o caminho da economia, sem ele eu não teria amado esta área.

À Universidade Federal de Ouro Preto pelo ensino gratuito e de qualidade e a todos os professores por compartilharem conhecimentos e contribuírem para a minha formação.

Aos amigos e colegas que me acompanharam durante esta jornada, os conhecimentos compartilhados sempre andarão comigo, agradeço ,em especial, Maria Fernanda (Mafe) pelo companheirismo durante toda a graduação.

À Professora Fernanda Faria Silva por sua dedicação e rigor acadêmico, agradeço por ter estendido a mão a mim para entrada no meio acadêmico.

Agradeço também a Profa. Rosangela Aparecida Fernandes e à Carolina Rodrigues, pela disponibilidade em avaliar este trabalho, e pelas valiosas contribuições oferecidas.

Por fim, agradeço ao Programa PIBIC do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio financeiro durante todo o processo de iniciação científica.

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de investigar a hipótese, apesar da desregulamentação financeira desencadeada em meados dos anos 1990, ainda exista forte concentração bancária no Brasil entre os anos de 2007 a 2025. Esta hipótese de persistência dessa estrutura de mercado se observa, também, a despeito da entrada das *fintechs* no setor. Para tanto, a metodologia empregou uma revisão de literatura e de dados para contextualizar a abordagem histórico-conjuntural da economia brasileira. Posteriormente, seguiu-se à aplicação dos indicadores clássicos de estrutura de mercado (o Índice de Herfindahl-Hirschman e a Razão de Concentração), calculados sobre as variáveis de participação de mercado (*market share*) em ativos totais e na carteira de crédito. A partir da análise desses indicadores, constatou-se que, embora mais desregulamentada financeiramente e apesar de a entrada das instituições digitais ter alterado a dinâmica competitiva do setor, sua inserção não resultou em uma desconcentração do mercado bancário frente ao Sistema Financeiro Nacional, apontando um cenário moderadamente concentrado em 2025 e validando a hipótese inicial da pesquisa.

Palavras-chave: Desregulamentação financeira; Concentração Bancária; Digitalização; *Fintechs*; Sistema Financeiro Nacional.

ABSTRACT

This study aims to investigate the hypothesis that, despite the financial deregulation triggered in the mid-1990s, strong banking concentration still persisted in Brazil between the years 2007 and 2025. This hypothesis of market structure persistence also is observed despite the entry of fintechs into the sector. To this end, the methodology employed a literature and data review to contextualize the historical-conjunctural approach of the Brazilian economy. Subsequently, classic market structure indicators were applied (the Herfindahl-Hirschman Index and the Concentration Ratio), calculated based on market share variables in total assets and the credit portfolio. Based on the analysis of these indicators, it was found that, although more financially deregulated and despite the entry of digital institutions having altered the sector's competitive dynamics, their integration did not result in a deconcentration of the banking market within the National Financial System, pointing to a moderately concentrated scenario in 2025 and validating the initial research hypothesis.

Keywords: Financial Deregulation; Banking concentration; Digitization; Fintechs; National Financial System.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Características das ondas de inovações bancária.....	40
Tabela 2 - Principais aquisições/incorporações dos maiores bancos do Brasil.....	45
Tabela 3 - Mensuração dos níveis de concentração no índice de RCk.....	54
Tabela 4 - Evolução dos Índices de Concentração (Ativo Total).....	56
Tabela 5 - Evolução dos Índices de Concentração (Carteira de Crédito).....	57

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução do Número de Agências Bancárias.....	48
Gráfico 2 - Evolução da Distribuição de Agências por Segmento.....	49
Gráfico 3 - Evolução do Market Share Medido pelo Ativo.....	50
Gráfico 4 - Evolução da Distribuição do Crédito do SFN por Segmento.....	51

LISTA DE ABREVIATURAS SIGLAS

BACEN/BCB - Banco Central do Brasil
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CND - Conselho Nacional de Desestatização
CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito
DPGE – Depósito a Prazo com Garantia Especial
EC 95 – Emenda Constitucional nº 95
F&A / F&A's – Fusões e Aquisições
FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos
FGC – Fundo Garantidor de Crédito
FMI – Fundo Monetário Internacional
FSE – Fundo Social de Emergência
IED – Investimento Estrangeiro Direto
IF – Instituição Financeira
IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
PDD – Provisões para Devedores Duvidosos
PEF – Programa de Estabilidade Fiscal
PIB – Produto Interno Bruto
PND – Programa Nacional de Desestatização
PROER / Proer – Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional
PROES / Proes – Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária
PT – Partido dos Trabalhadores
SCD – Sociedade de Crédito Direto
SEP – Sociedade de Empréstimo entre Pessoas
SFN – Sistema Financeiro Nacional
TIC / TICs – Tecnologias de Informação e Comunicação
TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo
TLP – Taxa de Longo Prazo
TR – Taxa Referencial
URV – Unidade Real de Valor

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1:.....	16
CONJUNTURA ECONÔMICA BRASILEIRA DOS ANOS 1990 À PANDEMIA DO COVID-19.....	16
1.1 Anos 1990: Estabilização monetária e desregulamentação econômica.....	17
1.2 Do boom de crescimento econômico nos anos 2000 aos antecedentes da recessão 2015.....	24
1.3 Da recessão econômica brasileira (2015-2016) à pandemia do COVID-19.....	27
CAPÍTULO 2:.....	33
CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA BANCÁRIO BRASILEIRO A PARTIR DO PERÍODO PÓS ABERTURA FINANCEIRA.....	33
2.1 Conjuntura macroeconômica, mudanças institucionais e transformações na estrutura de mercado brasileira.....	34
2.1.1 Plano Real, a estabilização monetária e a crise da inadimplência.....	34
2.1.2 O pós Plano Real e a crise de 2008.....	37
2.1.3 Efeitos da recessão econômica brasileira nos bancos(2015-2016).....	39
2.1.4 Avanços da tecnologia da informação e comunicação e a explosão das Fintechs.....	40
2.2 O mercado bancário brasileiro - caracterização e estratégias bancárias recentes	43
CAPÍTULO 3:.....	49
EVIDÊNCIAS DE CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA E DISCUSSÃO DE RESULTADOS... 	49
3.1 Análise da participação bancária.....	50
3.2 Análise quantitativa da concentração bancária.....	54
3.2.1 Indicadores de concentração.....	54
3.2.1.1 Razão de Concentração.....	55
3.2.1.2 Índice de Herfindahl-Hirschman.....	56
3.3 Resultados.....	57
CONCLUSÃO.....	60
REFERÊNCIAS.....	62

INTRODUÇÃO

O sistema financeiro, em específico o setor bancário, possui uma estrutura complexa, composta por diversas instituições que realizam a intermediação financeira entre as autoridades monetárias e o público em geral. As instituições bancárias desempenham o papel fundamental de provedoras de crédito, o que viabiliza os investimentos produtivos e contribui para o desenvolvimento socioeconômico do país. Na condição de intermediadores, os bancos auxiliam na mitigação de barreiras de mercado, tais como os custos de transação, as assimetrias de informação e os riscos sistêmicos, configurando um mecanismo vital para a alocação eficiente de capital na economia (Braga, 2022).

No cenário brasileiro, o debate acerca da concentração bancária assume um papel central para decifrar a dinâmica desse setor financeiro nacional. O estudo dessa estrutura de mercado torna-se fundamental para compreender as reais condições de oferta de crédito e serviços, uma vez que o elevado grau de centralização patrimonial afeta diretamente o bem-estar social (Menezes, 2021).

Esse impacto traduz-se tanto no controle arbitrário sobre o volume de recursos internalizados na economia, quanto na imposição de taxas de juros elevadas (*spreads* bancários significativos), distorções tipicamente viabilizadas por ambientes de baixa competitividade oligopolista (Menezes, 2021). Conforme apontam autores como: Adati, 2002, Rezende, Crocco e Silva (2012); Oliveira, 2015; Silva e Chaves, 2020, Menezes, 2021 a trajetória do cenário macroeconômico brasileiro corrobora a tese de que a concentração bancária tendeu a se acentuar ao longo dos anos, frequentemente impulsionada por desregulamentação e crises financeiras e macroeconômicas que induziram processos de consolidação, fusões e aquisições.

Contudo, antes de analisar a evolução da concentração setor bancário ao longo das últimas três décadas, faz-se necessário examinar a própria conjuntura macroeconômica brasileira. Torna-se fundamental compreender as diretrizes políticas implementadas desde a abertura comercial feita no início da década de 1990 à reforma monetária de 1994 — que consolidou a estabilização da moeda nacional por meio do Plano Real — avaliar os seus impactos imediatos sobre o balanço e o modelo de negócios das instituições financeiras.

Conforme Adati (2002); Puga (1999), a estabilização monetária extinguiu as receitas de *floating*, forçando o setor a reorientar suas estratégias de rentabilidade. Como resposta a essa perda abrupta de receita, os bancos promoveram uma rápida expansão na concessão de crédito. No entanto, a ausência de mecanismos maduros de avaliação de risco naquele primeiro momento culminou em uma severa crise de inadimplência, desestabilizando temporariamente o sistema bancário nacional e demandando profundas reestruturações patrimoniais (Cysne & Costa, 1997).

Diante desse cenário, o Estado interveio por meio de mecanismos voltados à garantia da liquidez do sistema. De acordo com Puga (1999), tal intervenção foi consolidada mediante políticas de reestruturação, notadamente o Proer (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional) e o Proes (Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária). A implementação dos programas Proer e Proes resultou em uma significativa retração no número de instituições financeiras operantes, culminando em um processo de elevada concentração bancária (Menezes, 2021).

Avançando para o início dos anos 2000, o *boom* no preço das *commodities* internacionais figurou como um motor essencial para o crescimento expressivo do PIB brasileiro. Contudo, essa trajetória de expansão foi confrontada pelo choque da crise financeira global de 2008, popularmente denominada "crise do *subprime*". Tal fenômeno originou-se da bolha de sobrevalorização imobiliária nos Estados Unidos, alimentada por um longo período de taxas de juros historicamente baixas (Lopes et al., 2016).

Na tentativa de expandir agressivamente o volume de crédito, as instituições financeiras norte-americanas passaram a conceder financiamentos habitacionais a tomadores de alto risco de inadimplência (os clientes *subprime*). O colapso generalizado desses pagamentos culminou na falência do tradicional banco de investimentos *Lehman Brothers*, desencadeando uma severa crise de liquidez e desconfiança sistêmica de proporções mundiais (Lopes et al., 2016; Silva e Chaves, 2020).

Para mitigar danos no mercado financeiro nacional, o Estado e os bancos privados brasileiros adotaram estratégias distintas de adaptação. Enquanto as grandes instituições privadas evitaram a aquisição de ativos *subprime*, preservando sua estabilidade, bancos menores comprometeram seus recursos em depósitos e derivativos cambiais, sofrendo perdas severas (Lopes et al., 2016). Em resposta, o

Estado implementou políticas anticíclicas em seus bancos públicos, como a flexibilização dos depósitos compulsórios para garantir a liquidez, e incentivou fusões e aquisições, permitindo que grandes bancos absorvessem as instituições mais fragilizadas pela crise. Diante do exposto, é possível ver uma retração bancária durante o período descrito (Araujo; Gentil, 2011).

Em meados dos anos 2010 observa-se como as políticas macroeconômicas aplicadas na época contribuíram para o princípio de uma severa recessão no qual desencorajou os investimentos, comprimiu o consumo das famílias e alimentou a inflação (Monteiro, 2024). Ao longo do início da crise, no primeiro semestre de 2015, o governo perdeu sua base política e a governabilidade devido à crise econômica e a forte oposição mediática e parlamentar (Corsi, 2020). No setor bancário seguiu o caminho oposto à crise: a aquisição do Bradesco ao HSBC em 2016 contribui para uma maior concentração, além que os cinco maiores bancos registraram um crescimento de 204,8% em seu resultado operacional em relação a 2016, lucrando em meio à retração da economia real (Dieese, 2016).

Por fim, mapeia-se o advento da pandemia de Covid-19. Segundo Simonato (2023), este evento exógeno transferiu as dinâmicas de trabalho e consumo para o ambiente doméstico, acelerando de forma sem precedentes a digitalização bancária e consolidando novos canais tecnológicos de comunicação e atendimento (FEBRABAN, 2020). Cumpre ressaltar, contudo, que o surgimento das instituições financeiras digitais precedeu esse choque sanitário; a crise pandêmica atuou, fundamentalmente, como um vetor de ampliação de sua base de clientes e de difusão de suas tecnologias no mercado (Ibidem, 2020).

Embora as crises econômicas tradicionalmente acentuem a concentração bancária devido à falência ou fusão de participantes fragilizados, o avanço da digitalização global introduziu uma nova dinâmica de ruptura no setor: a ascensão das *fintechs*. Inicialmente destacadas pela praticidade na execução de serviços financeiros via dispositivos móveis, essas instituições alteraram a lógica competitiva do mercado, forçando os conglomerados tradicionais a acelerarem seus próprios investimentos em tecnologia para salvaguardar sua participação de mercado (Marques, 2019).

Uma amostra desta mudança é a retração de bancos físicos em território brasileiro. A partir de dados retirados do Banco Central (BCB, 2025), o número de agências bancárias obteve seu ápice em 2017 com 21.061 agências, entretanto

segue em decaimento chegando a 16.573 unidades ao redor do país no ano de 2024, simultâneo a retrações das agências. O BACEN segue regularizando os bancos digitais, tais normas adequam as *fintechs* para receber a Sociedade de Crédito Direto (SCD) e as Sociedades de Empréstimo entre Pessoas (SEP), ampliando a concorrência digital e diversificando a oferta de serviços financeiros no país (Marques, 2019).

Em virtude da mudança da configuração do sistema financeiro tradicional, com o avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), e com isso, da digitalização e ao aumento de instituições bancárias virtuais, a presente pesquisa busca examinar se o mercado bancário brasileiro reduziu a sua concentração, seja em função da maior desregulamentação da economia brasileira nos idos dos anos 1990, seja devido à acelerada entrada das *fintechs* no Sistema Financeiro Nacional (mais especificamente no sistema bancário brasileiro – foco deste trabalho). A justificativa para este enfoque reside no fato da importância do mercado de crédito para a estrutura de financiamento brasileira, como também das instituições bancárias no provimento destes recursos (Rezende, Crocco e Silva, 2012). Ademais, o sistema bancário brasileiro tem se mostrado sempre resiliente frente às diversas crises, conforme pode ser recuperado nos trabalhos de Paula, (1998); Adati (2002); Lima (2009); Rezende, Crocco e Silva, 2012; Menezes (2021).

O objetivo deste estudo é analisar se houveram alterações do grau de concentração dos bancos tradicionais a partir da entrada das *fintechs*. A análise iniciará abrangendo o impacto de eventos críticos, como a crise financeira de 2008, que motivou uma política anticíclica de expansão do crédito via bancos públicos, e a posterior mudança de orientação a partir de 2017, com a retração das agências até os dias atuais, para compreender o comportamento dos bancos tradicionais em ambientes de constantes transformações. Parte-se da premissa colocada por Cruz (2019) e Menezes (2021) de que o processo de digitalização bancária não foi suficiente para desarticular a estrutura concentrada do setor no Brasil. Hipotetiza-se, portanto, que os índices de concentração das instituições tradicionais mantêm-se concentrada, a despeito da crescente incorporação de novas tecnologias no Sistema Financeiro Nacional.

Para tanto, realizou-se uma análise macro conjuntural abrangendo o período entre as décadas de 1990 à 2020, para compreender os impactos diretos da estabilização monetária no desempenho do setor. Adicionalmente, exploram-se

dados secundários provenientes de fontes oficiais, especialmente do Banco Central do Brasil (BCB). A mensuração quantitativa do grau de concentração de mercado se dará por meio de indicadores da literatura econômica — especificamente o Índice de Herfindahl-Hirschman (HHI) e a Razão de Concentração (CR_k) — aplicados às variáveis de ativo total e carteira de crédito, tal como visto nos trabalhos de Paula (2006), Cruz (2019) e Menezes (2021).

Ao longo do tempo, o sistema bancário vivenciou períodos distintos de maior e menor concentração bancária. Puga (1999) identificou que a partir de aplicações de programas como Proer e Proes foi provocado uma redução na quantidade de bancos ativos no setor. Adati (2002) identificou uma crescente na quantidade de bancos estrangeiros dentro do setor após a abertura econômica e estabilização da moeda; Lima (2009) defendeu que os bancos estrangeiros os proporcionalmente mais especularam com os títulos públicos; Mais recente, partindo dos dados do Banco Central do Brasil, Menezes (2021) observou que a concentração no setor bancário brasileiro não sofreu reduções significativas no período de 2015 a 2020, mesmo diante da entrada dos bancos digitais ao setor, a concentração do mercado ainda persistiu até o período analisado.

Além desta introdução e da conclusão, o presente trabalho estruturalmente divide-se em três capítulos. O primeiro capítulo dedica-se à fundamentação teórica e ao resgate macroeconômico, moldaram o país nas últimas décadas, tais como: a abertura comercial e financeira, a implementação do Plano Real, o programa de privatizações ao final dos anos 1990, a expansão da economia brasileira induzida pelo ciclo de *commodities* no início do século XXI, o impacto da crise financeira global de 2008, a recessão de 2015-2016, o choque da pandemia de Covid-19 e a subsequente aceleração da digitalização bancária.

O segundo capítulo examina as evidências históricas de como o Sistema Financeiro Nacional reagiu a essas transformações ao longo das últimas três décadas. Foca-se, em especial, nas respostas estratégicas das instituições financeiras e na gênese do processo de consolidação e concentração bancária no país. O terceiro capítulo, por sua vez, desenvolve a análise quantitativa da concentração bancária por meio de dados secundários extraídos da plataforma IF.data, do Banco Central do Brasil. A aplicação dos indicadores estruturais propostos permite mensurar e compreender o comportamento competitivo do setor

de 2007 até a atualidade. Por fim, apresentam-se os resultados e as considerações finais, que sintetizam as principais conclusões desta pesquisa.

CAPÍTULO 1:

CONJUNTURA ECONÔMICA BRASILEIRA DOS ANOS 1990 À PANDEMIA DO COVID-19

O presente capítulo analisa a evolução da conjuntura econômica brasileira e suas principais transformações estruturais ao longo das últimas três décadas. O recorte temporal recua à década de 1990 com o intuito de examinar o comportamento do setor bancário a partir do processo de desregulamentação financeira, da estabilização da moeda promovida pelo Plano Real (1994) e da entrada de instituições estrangeiras no país. Pretende-se, assim, compreender em que medida essas transformações econômicas condicionaram a dinâmica e a postura estratégica dos bancos no mercado brasileiro, a partir do cenário pós fim da inflação

O capítulo foi estruturado em três seções. A primeira delas inicia-se na década de 1990, examinando o contexto político e macroeconômico que garantiu as condições para a maior abertura comercial e final e desregulamentação da economia, a partir da ascensão de Fernando Collor de Mello à presidência (1990). Tal período foi marcado pela abertura comercial e pela herança do colapso dos três planos de estabilização monetária (Cruzado em 1986; Bresser em 1987; Verão em 1988). Após o Plano Collor I, seguido dos escândalos de corrupção, o desfecho culminou em seu *impeachment* (Abreu, 2014). Após a análise do Governo Collor (1990-1992), discute-se a transição política para o governo de Itamar Franco e a subsequente gestão de Fernando Henrique Cardoso, marcos decisivos que consolidaram o fim do ciclo hiperinflacionário com o Plano Real e inauguraram o programa de privatizações em massa no país.

A segunda seção partirá do período pós consolidação da estabilização monetária com o Plano Real de 1994, e os desdobramentos nos períodos subsequentes com a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva ao poder, contrapondo os temores iniciais do mercado financeiro à posterior consolidação do tripé macroeconômico, no qual consiste em um conjunto de diretrizes que tem objetivo de garantir a estabilidade econômica, sendo composto por metas de inflação, superávit primário e câmbio flutuante. O crescimento econômico foi impulsionado pelo *boom* no preço das *commodities* internacionais. Avalia-se, a resiliência institucional

brasileira diante do choque da crise financeira global de 2008 e os fatores que precipitaram a desaceleração nos anos seguintes.

Por fim, a terceira seção mapeia a transição para o governo de Dilma Rousseff, sua dinâmica até a Nova Matriz Macroeconômica (2011-2014). Será discutida a chegada à recessão de 2015 e 2016 e em um novo processo de cassação presidencial. A análise da conjuntura macroeconômica brasileira encerra-se com uma reflexão sobre os impactos disruptivos da pandemia de Covid-19 no tecido produtivo e fiscal, traçando um panorama das reformas e dinâmicas que moldaram o cenário econômico nacional até os dias atuais.

1.1 Anos 1990: Estabilização monetária e desregulamentação econômica

A entrada na década de 1990 foi marcada pelo histórico hiperinflacionário herdado dos anos 1980, caracterizado por uma inflação altamente indexada e pelo fracasso de sucessivos planos de estabilização, que não cumpriram seus objetivos centrais, a exemplo dos planos Cruzado (1986); Bresser (1987) e Verão(1988). Além de uma questão fiscal enfrentada através de diferentes tentativas de controle do déficit público (Carmo, 2018).

Foi nesse ambiente de extrema instabilidade que Fernando Collor assumiu a presidência da República, em 15 de março de 1990. Respalhado por amplo apoio de diversos setores políticos e empresariais, o novo governo enfrentava um cenário dramático, a inflação oficial passava dos 80% ao mês, o déficit público estava severamente agravado pela expansão de gastos e pela redução da carga tributária, e as reservas internacionais do país encontravam-se praticamente esgotadas (Abreu, Werneck. 2017).

Diante do descontrole da aceleração inflacionária, o governo Collor iniciou um novo processo de estabilização econômica, conhecido como 'Plano Brasil Novo' ou Plano Collor I, em março de 1990, logo após a sua posse. A principal medida macroeconômica adotada foi o confisco temporário de cerca de 80% dos ativos financeiros de pessoas físicas e jurídicas — incluindo depósitos em conta corrente e cadernetas de poupança —, retidos pelo Banco Central por um período de 18 meses. O objetivo central dessa intervenção na liquidez era conter a demanda agregada e evitar o colapso dos títulos públicos(Abreu, Werneck. 2017).

Paralelamente à reforma monetária, foi lançado o Programa Nacional de Desestatização (doravante PND), que buscava ampliar estruturalmente o alcance das privatizações no Brasil. Essa estratégia de venda de ativos estatais não apenas visava aliviar o caixa do governo a curto prazo, mas também sinalizava uma mudança profunda rumo à abertura comercial e à redução da intervenção estatal na economia, pois o Estado havia esgotado sua capacidade de liderar o processo de acumulação de capital (Pinheiro, 1999).

Diante disso, desenhou-se uma nova estratégia que abandonava a antiga preocupação governamental de "ocupar espaços vazios" na economia onde a iniciativa privada não operava (Pinheiro, 1999). As empresas estatais perderam sua função tradicional de instrumentos de intervenção e fomento econômico, passando a ser vistas como estruturas de custo elevado que geram ônus fiscal e ineficiência operatória, em vez de acumulação real de riqueza (Ibidem, 1999).

A aplicação do PND ocorreu de forma simultânea à abertura comercial e à desregulamentação da economia doméstica, servindo como um mecanismo para atrair o interesse do investidor estrangeiro na aquisição das empresas públicas (Teles, Dias. 2022). O programa estava intrinsecamente ligado à estratégia de estabilização macroeconômica adotada no início do governo Collor, justificando-se a urgência das privatizações pelo quadro de extrema instabilidade financeira, agravado pela crise de liquidez decorrente do bloqueio dos ativos financeiros (poupanças e contas correntes) de pessoas físicas e jurídicas (Abreu, 2014; Pinheiro, 1999).

Contudo, o programa de desestatização enfrentou múltiplos problemas operacionais em seus primeiros passos. O ritmo inicial do projeto foi comprometido pela péssima situação financeira de boa parte das estatais, e também não estavam estruturalmente aptas para a venda imediata, além da complexidade jurídica que envolvia os acordos de acionistas com sócios privados minoritários. Em função dessas barreiras técnicas e burocráticas, a primeira grande privatização do PND só foi concretizada em outubro de 1991, já sob forte resistência política e social, com a venda da usina siderúrgica Usiminas (Pinheiro, 1999).

Para complementar o PND, iniciou-se uma mudança substancial na legislação brasileira para adaptá-la à nova realidade dos mercados internacionais e flexibilizar o fluxo de entrada e saída de capitais (Puga, 1999). Foram introduzidas alterações importantes, reformulando as regras de captação de recursos para bancos e

grandes empresas a fim de evitar uma evasão de reservas diante da abertura comercial. Dando continuidade a essa desregulamentação, em 1992, o Banco Central (BACEN), por meio da Carta Circular nº 2.259, permitiu que as instituições financeiras comprassem moeda estrangeira livremente no mercado flutuante de câmbio (Carneiro, 2002).

De acordo com Carneiro (2002) essa abertura financeira consolidou-se, ao longo dos anos 1990, como um processo intenso de liberalização conduzido em duas dimensões principais. A primeira foi a ampliação da conversibilidade da conta de capital do balanço de pagamentos, impulsionada pela redução dos controles regulatórios e da fiscalização do BACEN. A segunda dimensão envolveu uma expressiva desnacionalização de parcelas do setor financeiro, com destaque para o ramo bancário. Esse cenário foi complementado não apenas pela liberação da compra de divisas estrangeiras, mas também pela equiparação jurídica entre empresas estrangeiras e nacionais, o que garantiu ao capital externo livre acesso ao crédito doméstico e a incentivos fiscais antes restritos (Carneiro, 2002).

Diante do fracasso do Plano Collor I em estabilizar a inflação, o governo viu-se pressionado a anunciar uma nova estratégia econômica em janeiro de 1991: o Plano Collor II. Essa segunda tentativa apoiava-se em um novo congelamento de preços e salários e na criação da Taxa Referencial (TR), mas enfrentou forte resistência no Congresso Nacional, evidenciando a crescente fragilidade do apoio parlamentar ao presidente (Abreu, Werneck. 2017). Pouco tempo depois, o governo tentou articular um novo pacote voltado a reformas estruturais e fiscais — consideradas pelo Executivo fundamentais para acelerar a modernização do país. No entanto, o isolamento político e a ausência de uma base aliada sólida no Legislativo inviabilizaram o avanço dessas propostas, selando a paralisia reformista daquela gestão (Ibidem, 2017).

Conforme colocado por Michel (2014), somando-se ao isolamento parlamentar e à perda de apoio popular, o cenário político deteriorou-se em maio de 1992, quando se revelou o envolvimento direto do presidente Fernando Collor em um amplo esquema de corrupção, que passou a ser objeto de investigação por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). No final de dezembro do mesmo ano, Collor renunciou ao cargo momentos antes da conclusão de seu processo de *impeachment*.

Diante disso, o vice-presidente Itamar Franco assumiu o poder, governando o país por quase 27 meses. Inicialmente, o novo governo defrontou-se com um quadro institucional extremamente delicado e com a persistência da crise inflacionária. Com o objetivo de estabilizar a economia e pacificar a arena política, Itamar nomeou, em maio de 1993, o então senador Fernando Henrique Cardoso para o Ministério da Fazenda — passo que seria decisivo para a formulação do Plano Real (Abreu, Werneck. 2017).

Para a formulação do novo plano de estabilização, foi indispensável extrair lições dos erros e fracassos das tentativas anteriores. Concluiu-se que era necessária uma mobilização de especialistas e economistas para formular uma estratégia que evitasse a dolarização integral da economia. Embora a fixação da moeda local ao dólar parecesse o caminho mais simples para conter os preços de imediato, a exemplo do regime de conversibilidade adotado pela Argentina, a equipe econômica buscou uma alternativa original, capaz de combater a memória inflacionária com eficiência, mas sem abrir mão da soberania monetária do país (Abreu, Werneck. 2017).

De acordo com Bacha (1995), a implementação do Plano Real foi precedida por uma reforma monetária convencional em agosto de 1993, que cortou três zeros da moeda nacional e instituiu o Cruzeiro Real. Paralelamente, o governo empreendeu esforços estruturais por meio do Programa de Ação Imediata (PAI), focado em um significativo ajuste fiscal transitório. A partir deste ajuste foi pavimentado o caminho para a introdução da Unidade Real de Valor (URV) no início de 1994. A URV funcionou como uma unidade de conta de transição, atualizada diariamente pelo Banco Central, que conviveu temporariamente com o Cruzeiro Real até a reforma monetária definitiva, que extinguiu a moeda antiga e instituiu o Real em julho daquele ano (Abreu, Werneck. 2017).

Foi a introdução da URV que permitiu superar as recorrentes dificuldades enfrentadas nos planos de estabilização anteriores. Ao funcionar como um indexador único e universal, ela assegurou uma transição gradual, impedindo que os preços relativos fossem distorcidos no momento da virada da moeda, um problema que costumava arruinar as estratégias baseadas em congelamentos. Não depender de uma medida tão desgastada quanto o congelamento de preços, contribuiu para o sucesso do plano (Bacha, 1995). Quando ocorreu a conversão definitiva da URV para o Real, em julho de 1994, a inflação na nova moeda despencou imediatamente

para a casa dos dígitos simples naquele mês e manteve a tendência de queda, consolidando-se ao redor de 1% ao mês no final daquele mesmo ano (Abreu, Werneck. 2017).

De acordo com Abreu (2014), Bacha (1995), contudo, para que o sucesso da estabilização perdurasse, seria necessária a introdução de uma "âncora" macroeconômica sustentada por três pilares fundamentais. O primeiro consistia no ajuste fiscal, tendo como uma das medidas a redução da rigidez orçamentária por meio do Fundo Social de Emergência (FSE), garantindo maior flexibilidade fiscal ao governo. A segunda, após a "*urveirização*" e reforma monetária, consistia na fixação da taxa de câmbio, protegida pelo robusto volume de reservas cambiais acumuladas pelo país. Por fim, o terceiro elemento apoiava-se no controle rígido da política monetária, operacionalizado mediante a manutenção de taxas de juros reais elevadas. (Pinheiro, 1999).

Além da reforma monetária, a consolidação de um sólido pilar fiscal no início de 1994 foi imprescindível para o sucesso da estratégia de estabilização. Naquele momento, o governo reconheceu a necessidade de implementar reformas na previdência e no sistema tributário, bem como de explicitar os passivos ocultos herdados de planos econômicos anteriores (Abreu, Werneck. 2017).

O êxito do Plano Real na estabilização monetária, somada às políticas implementadas para consolidar um ambiente econômico de baixa inflação, gerou um enorme apoio popular. Esse prestígio político impulsionou a candidatura de Fernando Henrique Cardoso, garantindo sua vitória no primeiro turno das eleições presidenciais de 1994 e derrotando seu principal opositor, Luiz Inácio Lula da Silva. O fim da hiperinflação inaugurou um período de otimismo na sociedade, abrindo novas possibilidades de planejamento econômico (Abreu, Werneck. 2017).

Contudo, mesmo com as medidas iniciais, observou-se um severo descompasso nas contas públicas ao longo do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso. Esse desequilíbrio fiscal foi impulsionado pelo aumento do número de aposentados, pela elevação real do salário-mínimo e pela expansão dos gastos com programas e atividades em diversos órgãos do Governo Federal. Diante disso, o período de 1995 a 1998 foi caracterizado pela prática de uma política fiscal expansionista (Pinheiro; Giambiagi; Gostkorszewicz, 1999).

A conjunção entre a apreciação cambial no início do plano e a abertura comercial acarretou em uma estabilização da inflação. Por outro lado, essa mesma

estratégia esteve associada a uma expressiva deterioração das contas externas do país durante o primeiro governo FHC. Os superávits comerciais observados na década de 1980 foram transformados em déficits significativos a partir de 1994, uma inversão desencadeada, em especial, pelo forte crescimento das importações. Como as exportações brasileiras não cresceram o suficiente para compensar o aumento das compras externas, o país passou a depender fortemente de poupança estrangeira (Pinheiro; Giambiagi; Gostkorszewicz, 1999).

Paralelamente ao desequilíbrio externo, houve uma acentuada necessidade de financiamento do setor público. O déficit público no conceito operacional saltou de 0,4% do PIB em 1994 para 5,2% do PIB em 1998 (Pinheiro; Giambiagi; Gostkorszewicz, 1999). Esse arranjo revelou uma inconsistência temporal na condução da política macroeconômica daquele período: a sustentação do teto cambial exigia taxas de juros reais muito elevadas, o que acabou por inflar a dívida pública. Para reverter essa trajetória de vulnerabilidade fiscal e cambial, o governo federal lançou, no final de 1998, o Programa de Estabilidade Fiscal (PEF), por meio do qual propôs um ajuste primário focado na estabilização da relação dívida/PIB (Ibidem, 1999).

Ademais ao programa de estabilidade, o governo passou a reagir estruturalmente a esse quadro de deterioração fiscal a partir de 1999, com a consolidação de uma política de austeridade e a introdução do regime de metas de superávit primário, chamada “Tripé Macroeconômico”, assim abandonando o regime de metas cambiais assimétricas (Teles, Dias. 2022). De acordo com Abreu (2014), o tripé macroeconômico instituído no Brasil fundamentava-se em três pilares interdependentes: o regime de metas de inflação, as metas de superávit primário e o câmbio flutuante. O objetivo central desse arranjo era assegurar a estabilidade de preços no longo prazo, de modo que as políticas fiscal e cambial atuassem de forma subordinada à ancoragem das expectativas inflacionárias.

O tripé macroeconômico foi implementado no Brasil em resposta ao efeito contágio das sucessivas crises internacionais dos anos 1990, nomeadamente as do México (1994), da Ásia (1997) e da Rússia (1998). Esses choques externos provocaram o esgotamento do arranjo de políticas econômicas inicialmente atrelado ao Plano Real, visto que os mecanismos tradicionais para conter a fuga de capitais, baseados na manutenção de uma âncora cambial, perderam eficácia. Diante desse cenário de vulnerabilidade externa, a transição para o tripé macroeconômico em

1999 configurando-se como o novo arcabouço necessário para assegurar a estabilidade econômica e a previsibilidade institucional no país (Vieira, 2023).

O desequilíbrio fiscal do período de 1995-1998 foi um fator de alta relevância para o ambiente macroeconômico, moldando diretamente o alcance do programa de privatizações herdado da gestão Collor. Diferentemente das primeiras alienações, que responderam a uma mudança ideológica pontual, as privatizações no governo FHC foram aceleradas pela urgência fiscal, embora as principais empresas estatais tenham sido vendidas em um momento de perda de receitas públicas recorrentes nos anos posteriores (Teles, Dias. 2022).

Esse avanço do programa de desestatização foi impulsionado por dois movimentos simultâneos: a quebra dos monopólios do setor público na área de infraestrutura e a adesão dos governos estaduais, que desenvolveram seus próprios programas de privatização (Pinheiro, 1999). Ao todo, foram realizadas 80 operações entre 1995 e 1998, somando US\$60,1 bilhões em receitas, cujo impacto concentrou-se no alívio financeiro de curto prazo para o setor público. Segundo Pinheiro (1999) os três fatores principais contribuíram para essa expressiva expansão:

- Limitação do investimento público: Com a estabilização da moeda, a busca pelo equilíbrio fiscal e a perspectiva de retomada do crescimento, ficou evidente que o setor público não teria capacidade financeira para viabilizar diretamente os elevados investimentos necessários nos setores de infraestrutura.
- Alívio nas finanças estaduais: Os governos estaduais enxergaram na venda de seus ativos uma fonte crucial de recursos de curto prazo para saldar dívidas e, em alguns casos, expandir gastos. Esse processo foi fortemente estimulado por contratos firmados com o BNDES, os quais permitiam a antecipação de receitas das privatizações vindouras.
- Atração de capital estrangeiro: A consolidação da estabilidade econômica alterou positivamente a percepção global de risco e o potencial do mercado brasileiro, o que se refletiu no crescimento expressivo dos fluxos de Investimento Estrangeiro Direto (IED).

A privatização assumiu um papel macroeconômico de extrema relevância a partir de 1995, impulsionada pela criação do Conselho Nacional de Desestatização

(CND). O órgão conferiu maior agilidade aos processos de alienação de ativos e instituiu um regime geral de concessões aplicável aos segmentos de energia elétrica e transportes. Em 1997, o arcabouço regulatório foi aprimorado com o lançamento do *Segundo Plano Nacional de Desestatização*, que aperfeiçoou os mecanismos processuais e expandiu o escopo de atuação do programa ao incluir dois novos setores anteriormente intocados: os serviços públicos e as instituições financeiras estaduais (Teles, Dias. 2022).

Sob essa nova orientação, o governo de Fernando Henrique Cardoso utilizou o que a literatura classifica como a "terceira onda" de desestatizações para transferir à iniciativa privada os setores elétrico e ferroviário, processos que foram iniciados e concluídos ao longo de seu primeiro mandato, além de dar início à reestruturação e privatização do setor portuário nacional (Teles, Dias. 2022).

Pinheiro (1996) demonstra que a privatização resultou em uma melhora substancial no desempenho das antigas estatais. O autor observa aumentos significativos em indicadores como vendas reais, produtividade por empregado, lucro líquido, patrimônio líquido, investimentos totais, ativo imobilizado e na razão entre investimento e receitas. Adicionalmente, com a maior desregulamentação financeira e as entradas de instituições e fluxos financeiros, ocorridas em 1997 e 1998, o Brasil foi capaz de atrair elevados montantes de Investimento Estrangeiro Direto (IED). Esses fluxos de capital externo foram decisivos para ajudar a financiar os elevados déficits em conta corrente da época e para conter a explosão da dívida pública, a despeito do crescimento contínuo dos déficits fiscais registrados desde 1995 (Pinheiro, 1999).

1.2 Do *boom* de crescimento econômico nos anos 2000 aos antecedentes da recessão 2015

A ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência, em seu primeiro mandato, foi cercada por múltiplos receios e dúvidas nos mercados financeiros acerca das diretrizes econômicas que seriam adotadas por seu governo. De acordo com Werneck (2017), diante desse cenário, tornou-se necessário iniciar um processo de moderação pragmática sobre as propostas do Partido dos Trabalhadores (PT). Em junho de 2002, após intensas articulações políticas, foi divulgado o documento assinado pelo próprio candidato, intitulado "Carta ao Povo

Brasileiro". O manifesto esclareceu, na medida do possível, o compromisso com os contratos vigentes e a estabilidade macroeconômica, desempenhando um papel crucial no arrefecimento do clima de extrema incerteza que tomava conta do mercado financeiro (Ibidem, 2017).

Inicialmente, Lula e os demais principais candidatos à presidência assumiram um compromisso formal com a manutenção do esforço fiscal previsto no acordo firmado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Essa postura unificada também foi fundamental para neutralizar as especulações especulativas e mitigar a turbulência financeira durante a travessia da campanha eleitoral. Dessa forma, ofereceu-se ao país um horizonte de maior previsibilidade e estabilidade ao longo do mandato presidencial que estava prestes a se iniciar (Werneck, 2017).

“Recém-eleito, Lula postergou o quanto pôde as inevitáveis decepções que o desenho do novo governo provocaria, fosse à esquerda ou à direita. Ao transitar de um extremo ao outro do espectro político, o presidente deixou amplo espaço para conjecturas sobre quais seriam as suas reais diretrizes econômicas. Esse suspense dissipou-se com a nomeação da nova equipe econômica, até mesmo os analistas mais céticos foram surpreendidos positivamente pela consistência do discurso do novo ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e pela escolha de Henrique Meirelles, ex-executivo do Banco de Boston, para a presidência do Banco Central”. (Werneck, 2017 p.375).

Essas indicações foram determinantes para reduzir as incertezas no mercado financeiro.

A desestabilização provocada pela onda de desconfiança em 2002 não deixava margem para escolhas, segundo (Werneck, 2017). Com a taxa oficial de inflação (IPCA) acumulada acima de 13% ao ano, o endividamento do setor público em trajetória explosiva e as linhas de crédito internacionais escassas, a conjuntura exigia a adoção imediata de medidas ortodoxas . Contudo, a reconstrução da confiança doméstica foi facilitada por uma expressiva melhora na balança comercial. De acordo com este autor, esse desempenho exportador foi impulsionado tanto pelos efeitos defasados da depreciação cambial prévia quanto pelo aumento da demanda mundial por bens brasileiros. Em consonância com trabalhos anteriores, (Black, 2015, Abreu 2014), este ciclo de crescimento foi puxado inicialmente pelos preços de combustíveis e metais com a inserção das *commodities* agrícolas .

O cenário internacional favorável caracterizado pela grande moderação dos Estados Unidos, o bom crescimento da Europa, o rápido crescimento da China e liquidez externas abundante, torna-se um motor essencial para o crescimento do país. Simultaneamente, mudanças cruciais na gestão econômica doméstica influenciaram de forma positiva o comportamento do investimento — o componente mais dinâmico da demanda agregada na primeira metade dos anos 2000 (Black, 2015; Abreu, 2014). O governo Lula optou por manter o arranjo institucional herdado da gestão anterior, consolidado no tripé macroeconômico: câmbio flutuante, metas de inflação e regime de superávit primário. Dessa forma, a nova administração deu continuidade às políticas de estabilização de cunho ortodoxo, com ênfase no controle rigoroso dos preços por meio do sistema de metas (Monteiro, 2024).

Além de manter o tripé econômico, o governo Lula inicia uma estratégia de expansão do mercado de consumo de massa através do aumento real dos salários de famílias e trabalhadores (Monteiro, 2024). Somando-se ao contexto externo favorável e à expansão do mercado doméstico, observou-se uma sólida retomada dos investimentos no país. O *boom* nos preços das *commodities* internacionais gerou uma melhora expressiva no saldo em transações correntes entre 2004 e 2006, o que resultou na valorização da taxa de câmbio (Black, 2015).

De acordo com Monteiro (2024), esse fortalecimento da moeda nacional contribuiu para o controle de preços e permitiu a redução gradativa da taxa de juros, impulsionando, por sua vez, o volume de investimentos privados e públicos. Respalado pelo ótimo desempenho do balanço comercial e pelo aumento das receitas públicas, esta dinâmica teve impacto nos termos de troca do Brasil, pois valorizou os preços dos produtos exportados pelo país em relação aos produtos importados, portanto o governo federal passa a adotar, principalmente a partir de 2006, uma postura fiscal mais expansionista (Ibidem. 2024).

Contudo, esse processo de valorização e crescimento foi interrompido pelos choques externos advindos da crise financeira mundial de 2008, originada no mercado de créditos *subprime* norte-americano. Apesar do cenário internacional adverso, em um primeiro momento, o Brasil persistiu na aplicação de uma política fiscal e monetária expansionista, o que possibilitou uma rápida recuperação da economia (Monteiro, 2024 ; Corsi, 2020).

Esse desempenho diferenciado decorreu da implementação de políticas de crédito anticíclicas, operadas principalmente por meio dos bancos públicos, cujos

mecanismos foram detalhados no Capítulo 2. Assim, apesar da forte queda inicial, os preços dos ativos e das *commodities* iniciaram uma trajetória de pronta recuperação, ocorrendo inclusive antes que a economia mundial desse os primeiros sinais de retomada de sua atividade (Black, 2015).

Apesar do sucesso inicial das políticas anticíclicas e da retomada na valorização das *commodities* ao longo de 2009, o cenário macroeconômico começou a se deteriorar nos períodos seguintes, resultando na desaceleração do crescimento do PIB. Enquanto os salários continuaram a apresentar trajetória de alta, observou-se uma evidente compressão nas margens de lucro das empresas. Foi nesse ambiente de transição para o primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff que ganharam força os debates sobre a flexibilização do tripé macroeconômico herdado da gestão Lula (Silva, 2016).

Essa nova estratégia de intervenção, posteriormente consolidada como a Nova Matriz Econômica, buscou incentivar o investimento privado por meio do lançamento do Plano Brasil Maior. Entre as principais medidas adotadas, destacou-se a desoneração fiscal por meio da redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre bens de capital (Oreiro, 2017).

As políticas expansionistas e as intervenções setoriais não obtiveram uma aceleração temporária do ritmo de crescimento econômico, contudo a partir do segundo trimestre de 2014 este ritmo entra em colapso gerando assim efeitos indesejados, culminando em uma retração expressiva dos investimentos privados a partir de 2011. Essa queda na formação bruta de capital fixo foi agravada, paralelamente, pelo recuo e pela perda de eficiência da própria participação do setor público nos investimentos estruturais do país (Barbosa, 2026).

De acordo com Barbosa (2026), diante da retração dos investimentos, o ritmo de crescimento econômico desacelera. Como resposta, a administração federal adotou medidas heterodoxas de controle de preços, a exemplo a proposta para os governos municipais e estaduais para que adiassem o reajuste das tarifas de transporte público no início de 2013. Apesar dessas intervenções, o ano encerrou-se em severa desaceleração. A insistência do Executivo em utilizar todo o espaço fiscal disponível para tentar sustentar artificialmente o nível de atividade econômica acabou exaurindo as contas públicas. Longe de estimular o setor produtivo, esse ativismo estatal agravou os desequilíbrios macroeconômicos do país, pavimentando o caminho para uma recessão econômica (Ibidem, 2026).

1.3 Da recessão econômica brasileira (2015-2016) à pandemia do COVID-19

Em 2015, o Brasil entrou em uma severa recessão econômica, registrando uma retração de 3,5% no PIB daquele ano e de 3,3% em 2016. Conforme discutido anteriormente, esse retrocesso sucedeu o declínio acentuado dos investimentos e do consumo global (Black, 2016). A contração da formação de capital acabou por provocar uma queda no consumo das famílias, que até então figurava como o principal motor do crescimento da atividade econômica. Segundo Sicsu (2019) a consequência direta desse arranjo, observou-se a elevação drástica nas taxas de desemprego, a redução do rendimento médio real dos trabalhadores e o superendividamento das famílias brasileiras.

Como reflexo desses desequilíbrios e de choques de custos, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) atingiu 10,67% em 2015, extrapolando o limite superior do sistema de metas. Três fatores principais contribuíram para o descumprimento do teto inflacionário naquele ano: o expressivo reajuste dos preços administrados (como energia elétrica e combustíveis), que haviam sido represados nos anos anteriores; a pressão residual dos preços livres; e o forte repasse cambial gerado pela desvalorização do real frente ao dólar (Paula; Pires, 2017).

É possível observar que a economia brasileira já vinha desacelerando desde 2011, em grande medida pelo esgotamento do ciclo de alta no preço das *commodities*, convergindo para uma trajetória de estagnação, mas ainda distante de uma crise aberta (Black, 2015). Contudo, os reflexos da conjuntura internacional adversa passaram a afetar mais diretamente o crescimento do país. Diante disso, o governo federal acabou por se equivocar na condução de suas diretrizes econômicas, promovendo uma forte guinada ortodoxa no início do segundo mandato de Dilma Rousseff. Vale ressaltar que essa alteração de rumo já vinha sendo sinalizada desde 2013, quando o Banco Central retomou o ciclo de elevação da taxa básica de juros (Reis, 2024).

Ao iniciar o novo mandato em 2015, a presidente adotou políticas macroeconômicas mais alinhadas às expectativas do mercado financeiro. No entanto, essa decisão revelou-se um severo equívoco estratégico (Corsi, 2020). De acordo com Barbosa, 2026, A tentativa de replicar a guinada ortodoxa bem-sucedida

realizada pelo governo Lula em 2003 e 2004 desconsiderou que as condições de contorno eram radicalmente distintas: o ambiente interno já estava fragilizado por desequilíbrios fiscais profundos e o cenário externo não contava mais com o motor dinâmico da demanda global que amparou o início do século XXI.

Joaquim Levy, nomeado ministro da Fazenda no início do segundo mandato do governo Dilma, possuía um diagnóstico estritamente ortodoxo para a economia brasileira. Segundo sua avaliação, a aceleração da inflação decorria de um excesso de demanda agregada, fruto sobretudo do descontrole dos gastos públicos nos anos anteriores (Corsi, 2020). Sob essa premissa, o ministro Levy adotou uma política econômica contracionista, baseada no contingenciamento de despesas, no aumento de impostos e na elevação da taxa de juros. Contudo, a aplicação imediata dessas medidas de austeridade aprofundou a recessão no início de 2015. Ao contrair severamente a demanda de uma economia que já se encontrava em desaceleração, o ajuste não gerou os resultados esperados (Paula; Pires, 2017).

A estratégia liderada por Levy acabou por se desgastar, uma vez que a retração da atividade econômica reduziu a arrecadação tributária, agravando a situação das contas públicas e retroalimentando a inflação por meio do realinhamento de preços represados. Diante do impasse, Levy foi substituído no Ministério da Fazenda por Nelson Barbosa. De modo geral, embora Barbosa tenha buscado flexibilizar as metas de superávit primário e adotar uma postura marginalmente menos rígida, a nova gestão não dispunha de espaço político para alterar o quadro de deterioração macroeconômica. O aprofundamento da crise fiscal e recessiva alimentou uma forte rejeição popular e parlamentar, paralisando a sustentabilidade política do governo e culminando no processo de *impeachment* da presidente em 2016 (Oreiro, 2020).

O governo de Michel Temer inaugurou uma diretriz macroeconômica substancialmente distinta da gestão anterior, caracterizada pelo aprofundamento de reformas de orientação liberal e pela busca da consolidação fiscal. A nova agenda centrou-se na contenção das despesas correntes, na flexibilização de marcos regulatórios e na redução do indutor estatal nos investimentos produtivos (Oreiro, 2020).

De acordo com Corsi (2020) as principais medidas implementadas ou propostas durante esse período incluíram:

- Teto de Gastos (EC 95): Instituição de uma emenda constitucional que estabeleceu o congelamento das despesas públicas em termos reais por 20 anos, limitando o crescimento dos gastos à inflação do ano anterior.
- Reformas Estruturais: Formulação da proposta de reforma da Previdência e aprovação da reforma trabalhista, focada na flexibilização das relações de trabalho.
- Reestruturação de Estatais: Esvaziamento do papel anticíclico do BNDES (com a introdução da TLP em substituição à TJLP) e reposicionamento estratégico da Petrobras, acompanhado pela retomada do programa de privatizações e concessões.
- Abertura do Setor de Óleo e Gás: Redefinição das regras de exploração do pré-sal, desobrigando a Petrobras de figurar como operadora única e facilitando a entrada de consórcios e empresas estrangeiras.
- Condução Monetária: Manutenção do regime de metas de inflação que, no início do período, demandou a manutenção de taxas de juros reais elevadas e concorreu para a valorização cambial.

Essas ações tinham como objetivo central recuperar a credibilidade fiscal junto aos mercados financeiros e atrair capital privado para o setor de infraestrutura. Contudo, é apontado que o forte contingenciamento orçamentário acabou por comprimir o financiamento de áreas sociais sensíveis, em particular a saúde e a educação públicas, restringindo o escopo de programas de transferência de renda voltados às parcelas mais vulneráveis da população (Corsi, 2020).

Como reflexo dessas medidas econômicas e de fatores conjunturais, o PIB brasileiro registrou um crescimento de 1,1% em 2017 em relação a 2016, retornando a patamares próximos aos observados no início da década. Essa expansão inicial deveu-se, majoritariamente, ao excelente desempenho do setor agropecuário, que registrou um incremento de 12,5%, impulsionado por uma safra recorde, após ter amargado uma retração de 5,2% no ano anterior. Em 2018, contudo, esse dinamismo não se repetiu no campo, e o crescimento do setor agropecuário desacelerou para apenas 0,1% (Corsi, 2020).

Por outro lado, a retomada da atividade econômica passou a ser sustentada pelo consumo das famílias, que apresentou expansão de 1,4% em 2017. Esse resultado marcou uma reversão expressiva frente ao colapso de 2016, período em

que o consumo familiar havia recuado 3,9%. Adicionalmente, observou-se uma gradual recuperação dos índices de ocupação; no entanto, esse crescimento do emprego mostrou-se estruturalmente fragilizado, concentrando-se predominantemente no mercado de trabalho informal (Sicsú, 2019).

Enquanto o Brasil buscava estabilizar sua trajetória econômica após a profunda recessão iniciada em 2015, um novo e inesperado fator externo emergiu no início de 2020: a deflagração da pandemia de Covid-19. Com o objetivo de conter o pico de incidência da doença e preservar vidas, diversas esferas governamentais implementaram medidas de distanciamento social, o que resultou na interrupção abrupta das atividades em múltiplos setores. Esse cenário impôs desafios inéditos à gestão pública, provocando uma revisão drástica nas expectativas de crescimento global e doméstico (Trece, 2020).

A chegada da crise sanitária teve um impacto particularmente severo sobre a economia brasileira. O país, que ainda não havia consolidado uma recuperação robusta dos níveis de atividade pré-recessão, apresentava sinais de crescimento extremamente tênues no triênio 2017-2019. Assim, a pandemia atingiu o país em um momento de vulnerabilidade, fragilizando ainda mais o esforço de retomada que, conforme discutido anteriormente, vinha sendo conduzido de forma lenta e heterogênea (Lima Neto et. al, 2022).

As organizações do setor de serviços adotaram medidas preventivas imediatas, transferindo seus colaboradores para o regime de trabalho remoto, popularmente conhecido como *home office*. Essa modalidade expandiu-se rapidamente, oferecendo um ambiente sanitariamente seguro diante da propagação do vírus, além de introduzir maior flexibilidade e acelerar a adaptação dos trabalhadores ao uso de novas ferramentas tecnológicas no cotidiano profissional (Trece, 2020).

Durante a crise da Covid-19, a interrupção compulsória das atividades consideradas não essenciais — abrangendo segmentos do comércio e da indústria — provocou uma retração simultânea pelo lado da oferta e pelo lado da demanda. Pelo canal da oferta, as restrições ao trabalho resultaram na contração da produção; pelo canal da demanda, a redução das jornadas e dos postos de trabalho provocou uma severa queda na renda que, por sua vez, repercutiu em todo o tecido econômico devido à interdependência das cadeias produtivas (Gullo, 2020).

Sob a perspectiva setorial, o setor agropecuário mostrou-se o mais resiliente ao longo da crise sanitária, contrapondo-se ao desempenho recessivo observado nas indústrias e nos serviços. Esse fenômeno esteve associado à manutenção da demanda global por *commodities* agrícolas e à desvalorização cambial, que favoreceu as exportações. Esse comportamento assimétrico torna-se ainda mais evidente quando o setor industrial é desagregado, evidenciando trajetórias distintas entre a indústria extrativa e a indústria de transformação (Simonato, 2023).

O choque macroeconômico decorrente da pandemia gerou desemprego e retração da atividade em níveis historicamente comparáveis apenas aos períodos das duas grandes guerras mundiais e à Grande Depressão da década de 1930. Nesse cenário disruptivo, o trabalho remoto consolidou-se como um mecanismo importante para mitigar o impacto da crise sobre as cadeias de produção. Simultaneamente, para conter os efeitos socioeconômicos do desastre sanitário sobre a parcela da população que perdeu suas fontes de renda, o governo federal implementou uma expressiva política de transferência de renda emergencial, denominada Auxílio Emergencial (Barbosa, 2026).

O programa foi instituído com o objetivo de garantir uma renda mínima de subsistência aos cidadãos em situação de maior vulnerabilidade, abrangendo trabalhadores informais, autônomos e desempregados. Ao todo, a medida alcançou cerca de 68,3 milhões de beneficiários diretos. Embora o desenho inicial previsse uma vigência de apenas três meses, as sucessivas ondas de contágio prolongaram a paralisa das atividades, demandando a extensão do benefício por nove parcelas mensais ao longo do ano de 2020. Essa política apresentou um potencial distributivo altamente relevante, atenuando as desigualdades não apenas na dimensão social, mas também na dimensão espacial, ao injetar recursos significativos em economias locais de regiões historicamente menos dinâmicas (Simonato, 2023).

A compreensão da conjuntura macroeconômica das últimas três décadas, delineada neste capítulo, serve como base fundamental para examinar as respostas estratégicas e o comportamento do setor bancário face aos ciclos alternados de expansão e crise da economia brasileira. Sob essa perspectiva, o capítulo posterior dedicará à análise histórica desse mesmo período, deslocando o foco para as transformações estruturais com a aplicação de programas como Proer e Proes e a entrada de tecnologia nas instituições bancárias.

CAPÍTULO 2:

CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA BANCÁRIO BRASILEIRO A PARTIR DO PERÍODO PÓS ABERTURA FINANCEIRA

Assim como o capítulo 1 será analisado a trajetória do sistema bancário brasileiro entre os anos de 1994 e 2025, para compreendermos o comportamento dos bancos tradicionais diante a mudanças, no qual são marcadas por transformações institucionais importantes, associadas à conjuntura econômica nacional e internacional, bem como o avanço da tecnologia da informação e comunicação (TIC) no setor bancário. Este capítulo é dividido em duas seções. A primeira seção parte do Plano Real, que forçou o setor a abandonar um modelo de negócios fundamentado na receita inflacionária (ganhos de *floating*) para buscar a eficiência operacional em um ambiente de estabilidade monetária (Lima, 2009).

Nos anos que se seguiram após a aplicação do Plano Real foi marcado pela consolidação de uma nova moeda em circulação, e para estabilização da crise de inadimplência provocada pós plano e foi criado programas como o PROER (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional) e o PROES (Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária), que atuaram como os principais mecanismos institucionais de aporte do setor. Esses programas tinham como objetivo central reduzir o risco sistêmico ao socorrer e reestruturar as instituições financeiras fragilizadas pelo fim das receitas inflacionárias. O programa induz um processo de fusões, aquisições e privatizações de bancos estaduais, tais políticas remodelaram a estrutura do mercado nacional (Puga,1999). Entretanto, a narrativa aqui desenvolvida não se limita à questão institucional; ela explora a transição da era das agências físicas para a entrada tecnológica dentro do sistema financeiro.

A análise percorre como a mudança de cenário da economia brasileira pela estabilização monetária, as mudanças institucionais pela desregulamentação financeira e a expansão do crédito nos anos 2000, aumentou a resiliência do setor frente às crises globais.

Ao chegarmos em 2025, observamos o avanço das TICs por várias mudanças no setor: o uso do *mobile banking* para a utilização de serviços como transferências via PIX e retirada de extratos, além do *Open Finance*, o qual facilita a troca de dados do usuário entre os bancos, aproximando os bancos tradicionais e fintechs. A

análise desse período recente torna-se importante para articular os movimentos históricos progressos com o modo como os conglomerados bancários atuam e reagem frente ao avanço dos novos entrantes digitais.

2.1 Conjuntura macroeconômica, mudanças institucionais e transformações na estrutura de mercado brasileira

2.1.1 Plano Real, a estabilização monetária e a crise da inadimplência

Conforme discutido no capítulo anterior, o cenário de hiperinflação crônica e a inércia inflacionária que paralisava o mercado brasileiro motivou o Governo Federal a implementar o Plano Real em 1994 (Abreu et al, 2014). Com o objetivo central de promover a estabilização econômica, este plano gerou, de imediato, um aumento na demanda agregada em virtude da recuperação do poder de compra da população. Contudo, ao promover uma reforma monetária e eliminar a memória inflacionária da moeda, a reforma extinguiu subitamente os ganhos de *floating*, que até então garantiam a rentabilidade de boa parte das instituições financeiras, especialmente as de pequeno e médio porte, que dependiam mais delas. A perda dessa receita operacional desencadeou em uma crise bancária, atingindo de forma mais severa as instituições de menor porte e com rendimentos limitados (Adati, 2002).

À medida que as taxas de inflação deixaram garantir os ganhos de *floating*, a composição dos ativos bancários, as instituições financeiras redirecionaram suas estratégias para uma expansão agressiva do crédito ao setor privado, movimento este impulsionado pelo rápido crescimento econômico e aumento do poder de compra da população que se sucede após a estabilização (Puga, 1999). Ainda, a maior desregulamentação financeira, o elevado endividamento dos bancos estaduais e a compra destes por grandes bancos privados nacionais, ampliou a estratégia de ampliação do número de agências físicas, para ampliar a captação de depósitos e serviços financeiros (Puga, 1999; Adati, 2002).

A taxa de juros punitiva da âncora monetária do Plano Real, e, em um segundo momento, na tentativa de preservar margens de lucro equivalentes à época do *floating*, fez com que os bancos ganhassem com os spreads elevados, o que acabou por agravar a crise de inadimplência. Esse cenário afetou diretamente as operações de crédito e resultou na deterioração da qualidade dos ativos das instituições financeiras, comprometendo sua solidez patrimonial em um momento de

ausência de receitas inflacionárias (Adati, 2002; Oliveira, 2015). Complementarmente, segundo Paula, Alves Jr. e Marques (2000), a retração do crédito nesse período foi acentuada pela crise mexicana e pela consequente elevação dos juros. Diante desse quadro, os bancos passaram a buscar aplicações mais seguras, como títulos da dívida, abrindo mão de *spreads* elevados na intermediação financeira em troca de maior segurança e liquidez.

Conforme Cysne & Costa (1997), o consumo exacerbado por parte da população, aliado às elevadas taxas de juros e à estagnação da renda real, resultou em um aumento da inadimplência logo após a estabilização monetária. Esse cenário de crise foi gerado a partir da alta liberação de crédito, muito se deve à tecnologia precária para a análise de risco de seus correntistas. Segundo os autores, as instituições financeiras não se aprofundaram na atualização de suas bases de informações, mantendo processos frágeis que se mostraram insuficientes para o novo contexto econômico.

Ainda durante a crise de inadimplência, as instituições com infraestrutura operacional mais frágil foram as primeiras a serem impactadas. Devido a ativos de má qualidade houve o comprometimento do patrimônio líquido das instituições bancárias, levando ao colapso de diversos bancos. Esse fenômeno não se restringiu às pequenas instituições; grandes instituições, como o Banco Econômico e o Banco Nacional, também sucumbiram devido à incapacidade de fechar seus balanços. Antes da falência, tais bancos tentaram captar recursos no mercado interbancário juntamente com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica, concedendo uma linha de informação de socorro, e posteriormente, recorreram ao Banco Central como última instância de liquidez (Lima, 2009)

Com o intuito de assegurar a reestruturação do Sistema Financeiro Nacional, o governo implementou projetos de proteção e auxílio, para o devido enquadramento do setor bancário às recomendações do Primeiro Acordo de Basileia, os programas aplicados para tal serviço foram o Proer e o Proes. Como discutido no capítulo anterior foi operado por meio de processos de privatização e liquidação de instituições financeiras (Faria; Paula; Marinho, 2006).

Os programas ofereceram incentivos fundamentais para impulsionar fusões, incorporações e transferências de controle acionário no setor bancário, desencadeando uma onda intensa de fusões e aquisições (F&A's), tendo como o principal, a venda de bancos públicos, sendo algo atípico no cenário bancário (Adati,

2002). Esse movimento traz uma nova reestruturação para o sistema financeiro nacional: a redução da presença estatal abriu caminho para a entrada vigorosa de grupos estrangeiros, que absorveram grande parte dessas instituições (Faria; Paula; Marinho, 2006). Nesse contexto, a aquisição do Banco Bamerindus pelo britânico HSBC simbolizou a inserção definitiva do capital internacional no segmento de varejo. Esse movimento de abertura foi caracterizado predominantemente pela compra de ativos de instituições já estabelecidas ou pela formação de associações estratégicas, alterando o desenho competitivo do mercado brasileiro (Adati, 2002).

A implementação do PROES foi uma resposta direta à fragilidade dos bancos estaduais, que, ao contrário das instituições privadas, careciam de flexibilidade para adaptar-se ao fim das receitas de *floating* após o Plano Real. Embora o governo federal buscasse incentivar a privatização, o desinteresse do mercado por instituições situadas na região norte resultou na liquidação de diversos bancos (Adati, 2002).

Ainda, de acordo com Lima (2009), a aquisição do Bamerindus pelo HSBC, somada à privatização dos bancos estaduais Banepe e Banespa pelos grupos ABN AMRO e Santander, respectivamente, consolidou a entrada do capital estrangeiro no Brasil. Esse movimento foi impulsionado pela estabilização econômica e pela queda da inflação, que tornaram o financiamento de infraestrutura um ativo atraente .

Sob uma ótica microeconômica, a entrada de bancos estrangeiros aumentaria a qualidade dos serviços prestados e traria inovações tecnológicas e novos produtos ao mercado. Essa dinâmica alinhava-se a um processo de reestruturação em países desenvolvidos, caracterizado pela desregulamentação dos serviços, maior abertura à concorrência internacional, desenvolvimento tecnológico bancário, o processamento de dados e a expansão de canais alternativos de atendimento, como as redes de caixas eletrônicos (Faria; Paula; Marinho, 2006).

Contudo, a hegemonia dos grandes bancos nacionais privados não foi seriamente abalada, no Brasil, diferentemente dos países vizinhos que os bancos estrangeiros obtiveram grande espaço dentro do sistema financeiro (Adati, 2002). Graças a um posicionamento de mercado extremamente agressivo e participação ativa no processo de fusões e aquisições, as instituições brasileiras mantiveram a liderança, impedindo que os bancos estrangeiros dominassem o setor. Eventualmente, essa forte concorrência interna, somada aos passivos e problemas estruturais herdados das instituições adquiridas via PROES, desencadeou um

movimento de retirada ou redimensionamento de diversas instituições financeiras internacionais do país (Lima, 2009).

2.1.2 O pós Plano Real e a crise de 2008

O período entre 2000 e 2002 no Brasil consolidou os ajustes estruturais e a reestruturação patrimonial do sistema financeiro, cujo ápice ocorreu em meados da década de 1990 com a implementação do Plano Real. Para aprofundar essa análise, os pesquisadores Faria, Paula e Marinho (2006) investigaram se as fusões e aquisições (F&As) de fato proporcionaram maior eficiência ao setor bancário nacional pós a aplicação do plano.

A pesquisa de Faria, Paula e Marinho (2006) utilizou dados de 1995 a 2005, cobrindo instituições que protagonizaram o cenário de F&As, como os conglomerados estrangeiros HSBC, Santander e ABN AMRO, além dos líderes privados nacionais, Itaú e Bradesco. Os resultados revelaram que os bancos brasileiros apresentaram níveis de eficiência superiores aos dos concorrentes estrangeiros. Esse desempenho decorreu, do aprimoramento do gerenciamento operacional e do uso de tecnologia da informação (Adati, 2002; Rezende, Crocco e Silva, 2012). Pode ser explicado este crescimento e rentabilidade foi impulsionada pela estratégia de vendas cruzadas (*cross-selling*), viabilizada pela estrutura de bancos múltiplos no oferecimento integrado de produtos e serviços financeiros (Adati, 2002).

Além de uma maior eficiência operacional demonstrada pelos bancos privados nacionais, as instituições públicas contaram com uma intervenção do Estado para o saneamento de seus créditos inadimplentes (Lima, 2009). Esta intervenção foi fundamental para enquadrá-las nas exigências do Primeiro Acordo de Basileia¹. Por meio dessas reformas de caráter microeconômico, o governo

¹ O Acordo de Basileia estabelece regras prudenciais para as instituições financeiras, requerendo um nível de capital regulamentar exigido em função do grau de risco inerente à estrutura de seus ativos (Regô, 1995). No âmbito de Basileia I (1988), foram instituídas exigências mínimas de capital, fixando uma relação limite entre o patrimônio líquido da instituição e os seus ativos ponderados pelo risco. Posteriormente, em 2004, o Acordo de Basileia II revisou e aprimorou o arcabouço anterior, essa segunda versão estruturou a regulação sob três pilares fundamentais: o cálculo dos requerimentos mínimos de capital (Pilar I), o processo de revisão pela supervisão bancária sobre a adequação interna desse capital (Pilar II) e o incentivo à disciplina de mercado por meio de maior transparência nas divulgações financeiras (Pilar III). supervisão de processos internos de avaliação da adequação de capital (II) e incentivo à disciplina de mercado (BCB, 2026).

federal induziu uma mudança estrutural em seus balanços, forçando-os a carregar uma parcela maior de ativos em títulos públicos em detrimento das operações de crédito tradicionais (Lima, 2009).

A partir de 2003, o Sistema Financeiro Nacional ingressou em um período de estabilidade, caracterizado pela forte expansão da oferta de crédito bancário. Esse crescimento foi impulsionado pelo surgimento do crédito consignado e pelo estímulo ao consumo, viabilizado por parcerias estratégicas entre bancos e grandes redes varejistas. Favorecido por uma ampla liquidez internacional, esse ciclo virtuoso de expansão só foi interrompido no segundo semestre de 2008, reflexo do agravamento da crise financeira global desencadeada nos Estados Unidos (Lima, 2009).

A crise do *subprime* derivou da expansão acelerada do crédito atrelada a taxas de juros excessivamente baixas, o que expôs as instituições financeiras a investimentos de alto risco. Devido ao seu alcance global, esse evento funcionou como um choque exógeno no sistema financeiro brasileiro, afetando inicialmente as instituições de pequeno porte (Rezende, Crocco e Silva, 2012; Oliveira, 2015). Esse cenário intensificou a concentração bancária em grandes bancos, impulsionada pela migração de correntistas em busca de segurança. Para conter a volatilidade e assegurar o fluxo de capitais nessas instituições menores, o Banco Central interveio por meio de mecanismos como o Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE), emitido pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC), além de assumir riscos associados a uma eventual desvalorização cambial agressiva (Oliveira, 2015).

Além da migração de correntistas para as grandes instituições, observou-se uma retração na oferta de crédito por parte dos bancos privados, tanto nacionais quanto estrangeiros, que buscavam preservar sua liquidez por meio do investimento em títulos públicos, atraídos por sua elevada rentabilidade e segurança frente aos impactos da crise internacional (Barros; Silva; Oliveira, 2018). Nesse cenário, conforme apontam Cordeiro (2015) e Silva e Chaves (2020), o direcionamento de crédito promovido pelo Estado fez com que os bancos públicos se tornassem os principais canais de mitigação dos efeitos da crise. Ao expandirem suas carteiras de crédito por meio de políticas anticíclicas, essas instituições estatais garantiram o

Basileia III surgiu em resposta direta aos impactos da crise do *subprime* de 2008. Divulgado formalmente a partir de 2010, o acordo teve como objetivo central fortalecer as instituições financeiras perante às crises, elevando a qualidade e a quantidade do capital exigido (BCB, 2026).

financiamento na fase mais aguda da instabilidade, atuando em direta resposta à contração do setor privado.

2.1.3 Efeitos da recessão econômica brasileira nos bancos(2015-2016)

A despeito da recessão econômica observada no cenário brasileiro nos anos de 2015/2016, as instituições bancárias registraram resultados operacionais significativos no primeiro ano da crise, com destaque aos bancos nacionais privados (Itaú Unibanco e Bradesco), cujos lucros alcançaram patamares historicamente elevados para o período (Cury, 2015).

De acordo com Dieese (2016), esse desempenho deriva, substancialmente, da expansão das receitas com operações de crédito, as quais apresentaram uma ampliação de 4,9% no ano de 2015, segundo dados do Banco Central (2016), bem como do aumento das aplicações em títulos públicos federais, cujos rendimentos foram impulsionados pela elevação da taxa Selic. Ademais, embora a desvalorização cambial tenha gerado uma queda na intermediação financeira decorrente do aumento das despesas, essa redução foi compensada pela utilização de créditos tributários a partir do terceiro trimestre de 2015 (Cury, 2015).

O agravamento a crise no Sistema Financeiro Nacional, as instituições bancárias redirecionaram suas alocações de recursos para linhas de menor risco de inadimplência, tais como o crédito imobiliário, o crédito consignado e os empréstimos direcionados a grandes empresas (Dieese, 2016). De acordo com este autor, essas modalidades de crédito, embora caracterizadas por taxas de juros reais e *spreads* comparativamente menores do que as linhas de liquidez imediata, os bancos conseguem adquirir correntistas com menos risco de inadimplência. Durante o período recessivo, também verificou-se uma expansão contínua das receitas decorrentes de prestação de serviços e tarifas bancárias, cujas taxas de crescimento atingiram 8% em 2015 e 9% em 2016, complementando a lucratividade bancária na época (Oliveira, 2017).

O comportamento dos bancos públicos que foi observado durante a recessão diferiu do visto durante a crise internacional de 2008. Enquanto no choque anterior os bancos públicos atuaram de maneira anticíclica, expandindo suas carteiras de crédito para mitigar a retração do mercado privado, na recessão de 2015-2016 essas instituições adotaram uma postura predominantemente pró-cíclica (Dieese,

2017). Diante da crise econômica, os bancos públicos também restringiram a oferta de crédito corporativo e realocaram suas disponibilidades em ativos de menor risco e maior liquidez, como os títulos públicos indexados à taxa básica de juros e ativos atrelados ao mercado imobiliário (Ibidem, 2017). Apenas o Santander elevou suas receitas com operações de crédito, por volta de 36,4%, devido à taxas de juros nominais mais elevadas ao longo do período, associada ao impacto da depreciação cambial sobre as carteiras de crédito indexadas a moedas estrangeiras. Especificamente, a forte desvalorização do real frente ao dólar norte-americano ocorrida em 2015 gerou um efeito de revalorização nominal sobre os ativos de crédito atrelados à moeda estrangeira, refletindo positivamente sobre as rendas de operações de crédito do balanço bancário, mesmo em um contexto de retração do volume real de concessões (Dieese, 2016).

No ano de 2016, observou-se uma redução no ritmo de crescimento do lucro líquido das instituições financeiras em comparação ao exercício anterior, haja vista que o expressivo efeito positivo da ativação de créditos tributários — que havia inflacionado os balanços em 2015 — não se estendeu com a mesma intensidade ao longo de 2016. Esse esgotamento contábil refletiu-se nos resultados líquidos finais, a despeito de o resultado bruto da intermediação financeira e o resultado operacional terem apresentado elevação substancial no mesmo período (Oliveira, 2017). Paralelamente, o desempenho do setor foi fortemente condicionado pelo incremento acentuado nas Provisões para Devedores Duvidosos (PDD), motivado pela escalada da inadimplência no segmento empresarial. Esse aumento do risco de crédito concentrou-se de maneira severa em grandes grupos econômicos pertencentes aos setores de construção civil e de óleo e gás, os quais foram diretamente impactados pelos desdobramentos operacionais e financeiros da Operação Lava Jato (Paula; Moura, 2019).

2.1.4 Avanços da tecnologia da informação e comunicação e a explosão das *Fintechs*.

Durante o período de retração econômica, observa-se a aplicação da tecnologia das instituições financeiras, caracterizada pela entrada de canais digitais, como o *internet banking* e o *mobile banking* (Dieese, 2017). A incorporação dessas plataformas eletrônicas otimizou o acesso e a conveniência na prestação de

serviços financeiros aos clientes, e também viabilizou uma expressiva redução nos custos fixos do setor. Esse movimento trouxe um enxugamento do quadro de funcionários e no fechamento de agências físicas em âmbito nacional (Menezes, 2021).

A dinâmica de inovações no setor bancário não é recente, pelo contrário, os avanços tecnológicos foram fundamentais para a própria constituição do sistema financeiro. Essas transformações partem de três fatores principais: o surgimento de novas tecnologias, as demandas de mercado e os incentivos diretos e indiretos das regulamentações do setor. Essa tríade permite compreender e sintetizar as constantes mudanças tecnológicas pelas quais os bancos passam (Marques, 2019).

Segundo Diniz e Cernev (2019), as transformações operacionais impulsionadas pela tecnologia ocorrem em "ondas", divididas atualmente em seis períodos de inovação. De acordo com estes autores, a primeira onda consistiu na utilização do *back office*; a segunda, implementada na década de 1970, trouxe a automação das agências por meio dos caixas eletrônicos; a terceira expandiu essa automação para fora do espaço físico das agências; a quarta onda consolidou o uso do telefone e *internet banking* para o acesso dos clientes; por fim, a quinta onda caracterizou-se pelo desenvolvimento de novos canais de distribuição, destacando-se os correspondentes bancários, o *mobile banking* e a televisão digital, na sexta onda é introduzido as *fintechs* e aplicação da inteligência artificial para aprimoramento e personalização de serviços bancários.

A tabela 1 exemplifica as ondas pelas quais o setor bancário passou durante sua estruturação no sistema financeiro, adaptando-se às novas tecnologias, demandas de mercado e regulamentações.

Tabela 1 - Características das ondas de inovações bancárias

	Tecnologias	Demandas de Mercado	Regulamentação
1ª onda Anos 1960	<i>Mainframe</i>	Aumento do número de clientes leva ao crescimento do volume de transações processadas em back-office	Incentivos à concentração bancária e à automação de registros contábeis
2ª onda Anos 1970	Minicomputadores	Necessidade de processamento nível da agência; implantação de	Restrição às importações e investimento na

		sistemas online	indústria nacional
3ª onda Anos 80/90	Microcomputadores	Demanda por auto-atendimento, no ambiente da agência e através de caixas eletrônicos	Controle inflacionário
4ª onda Anos 2000	<i>Home Office banking; Internet</i>	Maior interatividade e comodidade para clientes que já dispõem de computadores	Legislação de provedores e responsabilidades na web
5ª onda Anos 2010	Mobilidade e convergência digital	Maior capilaridade e ubiquidade para expansão da rede de clientes	Sistema financeiro inclusivo e telecomunicações no me
6ª onda Anos 2020 - Atual	Computação em nuvem; <i>big data</i> ; ferramentas analíticas; redes sociais	Pagamentos por serviço utilizado; agilidade compatível com ambiente de alta conectividade; pressão por preço em detrimento da fidelidade a fornecedor	Regulamentação por categoria de serviço (por exemplo, arranjos de pagamento, <i>equity crowdfunding</i>)

Fonte: Diniz; Cernev, 2019

A sexta onda surge para preencher um espaço que garanta mais praticidade e segurança aos clientes. Nesse cenário, as *fintechs* se baseiam em custos operacionais mais baixos ou inexistentes, seus primeiros clientes eram focados em pessoas físicas, tendo ampliado sua atuação incluindo empresas de pequeno porte as de grande, incluindo multinacionais, que oferecem os mesmos serviços dos bancos tradicionais, mas com uma experiência personalizada e mais atrativa, além de trazer mais segurança aos seus correntistas (MARIANI; ORNELAS; RICCA, 2023). Esse movimento gerou uma mudança no comportamento e no nível de exigência dos consumidores, pressionando os bancos tradicionais a desenvolverem ofertas semelhantes para se manterem competitivos e assegurar suas fatias no mercado financeiro.

As *fintechs* ganharam forte impulso com a eclosão da pandemia de Covid-19, consolidando novos padrões de consumo de serviços financeiros em plataformas estritamente digitais. Um levantamento realizado pelo Observatório Febraban

²corroborar esse movimento, demonstrando que a crise sanitária funcionou como um catalisador para o atendimento virtual e expandiu a inclusão digital da população brasileira. De acordo com Febraban (2020), esse processo foi massificado pela introdução do Pix — modalidade de pagamento instantâneo lançada pelo Banco Central durante o período pandêmico —, que viabilizou transações financeiras imediatas e gratuitas para pessoas físicas. Diante dessa rápida transformação, os bancos tradicionais intensificaram seus investimentos em canais de *internet banking* e aplicativos móveis, buscando salvaguardar sua competitividade em um ecossistema financeiro cada vez mais desmaterializado e tecnológico (Ibidem, 2020).

Além da atuação das *fintechs*, a Inteligência Artificial desempenha um papel importante no processamento de grandes volumes de dados (*Big Data*). Por meio do *machine learning*, o sistema bancário consegue identificar padrões e tendências complexas, aprimorando a oferta e a análise de seus serviços. Adicionalmente, essa tecnologia robustece a segurança cibernética ao detectar, com maior precisão e agilidade, fraudes financeiras e atividades suspeitas, assim assegurando o valor monetário dos seus correntistas (Ruiz; Ribeiro, 2024).

Após mapear a evolução bancária em âmbito nacional, compreendendo desde a estabilização promovida pelo Plano Real e a subsequente entrada de bancos estrangeiros no final da década de 1990 até a recente ascensão das *fintechs* no Sistema Financeiro Nacional (SFN), a próxima seção analisará as respostas e estratégias competitivas implementadas pelos grandes bancos tradicionais para garantir suas fatias de mercado .

2.2 O mercado bancário brasileiro - caracterização e estratégias bancárias recentes

Com o advento da implementação do Plano Real, conforme abordado na seção 2.1.1, as instituições financeiras enfrentaram múltiplas dificuldades de rentabilidade devido à extinção dos ganhos de *floating*. Como contrapartida, os

² O levantamento realizado pelo Observatório Febraban, conduzido com uma amostra de 3.000 entrevistados, foi constatado que 60% dos participantes afirmam ter intensificado o uso de canais digitais bancários, enquanto 27% mantiveram o mesmo padrão de utilização e apenas 8% reduziram o uso dessas plataformas. Foi também observado um elevado grau de receptividade a esse novo modelo de atendimento, visto que 71% dos entrevistados declararam-se satisfeitos com os serviços digitais oferecidos pelas instituições financeiras.

bancos buscaram novas fontes de receita, focando na cobrança de tarifas de serviços e na agressiva expansão do crédito. Contudo, devido a ausência de atualização dos sistemas de análise de risco culminou em uma crise de inadimplência que afetou diretamente o setor bancário.

Visando salvaguardar a estabilidade econômica do país, o Estado instituiu um programa inicial de ajuda aos bancos mais afetados pela crise, sendo ele o PROER. Conforme antecipado por Puga (1999), este programa consistia em um mecanismo de assistência financeira e assessoria especial destinado a sanear instituições que enfrentavam dificuldades em decorrência da crise bancária. Suas diretrizes contemplavam a reorganização das entidades, o que poderia incluir a transferência de controle acionário ou a modificação do objeto social para finalidades não privativas (Ibidem, 1999). Os maiores bancos beneficiados pelo programa foi o Nacional e Bamerindus, que foram comprados respectivamente pelos bancos Unibanco e HSBC, a compra de um banco nacional por um estrangeiro demarca a abertura do mercado aos bancos internacionais.

Além do Proer, o governo cria o Fundo Garantidor de Crédito (FGC), no qual consiste em uma associação civil sem fins lucrativos e de direito privado, foi instituído para salvaguardar a liquidez do sistema. Inicialmente, o fundo oferecia uma garantia de R\$ 20 mil (Adati, 2002)— valor que atualmente atinge R\$ 250 mil (BCB, 2025)— a titulares de depósitos à vista, poupanças e letras de câmbio. A criação desse mecanismo foi vital para resguardar investidores e impedir que a quebra de confiança nas instituições financeiras desencadeasse corridas bancárias generalizadas, o que poderia colapsar a economia recém-estabilizada (Adati, 2002).

Este programa consistia em um mecanismo de assistência financeira e assessoria especial destinado a sanear instituições que enfrentavam dificuldades em decorrência da crise bancária (Puga, 1999). Suas diretrizes contemplavam a reorganização das entidades, o que poderia incluir a transferência de controle acionário ou a modificação do objeto social para finalidades não privativas.

Com a crise instaurada em meados da década de 1990, também intensificou o debate sobre a necessidade de existência dos bancos estaduais e a conveniência de suas privatizações. De acordo com Puga (1999), este questionamento ganhou força devido à reiterada violação dos limites prudenciais de crédito, visto que essas instituições financiavam diretamente seus próprios controladores (os governos estaduais). Essa prática gerou um endividamento que comprometeu o fluxo de caixa

das unidades federativas e ameaçou a estabilidade do sistema financeiro. Devido a estes problemas o Estado inicia a adoção do programa do Proes, que beneficiava primordialmente as instituições financeiras estrangeiras que tinham interesse em entrar dentro do país (Ibidem, 1999).

O programa continha o propósito central de provocar a redução da presença estatal nos governos das unidades federativas, e buscou conferir maior estabilidade e eficiência ao sistema financeiro nacional. Sob amparo governamental, a União assumia integralmente os custos de saneamento, o que pavimentou o caminho para a privatização ou liquidação dessas instituições (Menezes, 2021).

A implementação do Proes permitiu que múltiplas instituições estrangeiras assumissem parte do protagonismo no sistema financeiro nacional (SFN). Esse avanço decorreu do saneamento de bancos em dificuldades, do consequente fortalecimento do setor e da mudança de postura do Estado quanto à abertura de mercado. Contudo, diante ao elevado interesse do capital internacional, o Banco Central adotou uma estratégia de cobrança de 'pedágio' para autorizar o ingresso dessas instituições na compra dos ativos disponíveis. Essa taxa de entrada funcionava como um mecanismo de contrapartida, cujo objetivo era recuperar o montante de recursos públicos despendidos pelo governo nos programas de saneamento bancário (Puga, 1999).

Esses programas incentivaram as fusões e aquisições gerando uma consolidação do setor ao reduzir o número de instituições bancárias nacionais e impor barreiras mais rígidas para a abertura de novos bancos. Para tanto, estabeleceu-se uma regra de transição para a adequação de capital, que exigia um percentual inicial de patrimônio líquido superior sobre os ativos ponderados pelo risco, o qual convergiu gradualmente até atingir o limite regulamentar de 8% preconizado pelo Acordo de Basileia I (Puga, 1999).

A política de enxugamento regulatório e a prática dos programas mostrou-se eficaz. O sistema bancário, que havia saltado de 166 instituições em 1988 para um pico de 273 em junho de 1994, viu essa tendência se inverter com as medidas de saneamento, recuando para 233 ao final de 1998 (Menezes, 2021). Segundo Menezes (2021), a contração do setor permaneceu ativa na década seguinte, atingindo 193 instituições em 2004. Esse movimento histórico de centralização patrimonial seguiu avançando e, de acordo com as atualizações mais recentes do

Banco Central – maio de 2026 –, o número de bancos múltiplos no país sofreu uma nova retração, estabelecendo-se em 155 operacionais.

O processo de fusões e aquisições (F&As) no setor financeiro possui relevância especial, pois é capaz de alterar significativamente a estrutura e o nível de competição do mercado, muitas vezes partindo de estratégias de sobrevivência institucional. Com forte atuação nesse cenário, o Bradesco expandiu suas operações adquirindo instituições como o Banco de Crédito Nacional (BCN) e o Banco do Estado da Bahia (Baneb). Paralelamente, o Itaú consolidou-se como um dos agentes mais ativos do período ao arrematar quatro bancos estaduais: o Banerj (Rio de Janeiro), o Bemge (Minas Gerais), o Banestado (Paraná) e o Beg (Goiás) (Menezes, 2021).

De acordo com Veloso e Trevisan (2010), entre os movimentos estratégicos realizados por instituições estrangeiras, destaca-se a expansão do Banco Santander por meio da emblemática aquisição do Banco do Estado de São Paulo (Banespa). Essa decisão ocorreu logo após a introdução do euro na Europa, momento em que o grupo espanhol buscava se proteger da intensificação da concorrência interna na União Europeia, liderada pelo fortalecimento de grandes conglomerados franceses e alemães. Assim, a expansão para o mercado brasileiro funcionou como um mecanismo para ampliar seu poder de mercado e consolidar sua presença no cenário financeiro internacional (Ibidem, 2010).

A partir das diretrizes do Proer, a aquisição do Bamerindus marcou o ingresso do HSBC no Brasil, com a ambição de consolidar-se como uma das maiores instituições privadas do país. Contudo, conforme discutido na seção 2.1.1, o grupo britânico enfrentou barreiras de sustentação que afetaram diversos bancos estrangeiros no Sistema Financeiro Nacional. Diante da incapacidade de atingir a escala necessária para rivalizar com os líderes domésticos, o HSBC optou pelo desinvestimento, culminando na venda de suas operações ao Bradesco, em 2016 (Paula, 2015).

A tabela 2 apresenta os dados dessas operações de F&A ocorridas após a implementação do Plano Real, cujos números evidenciam a estratégia das instituições nacionais na obtenção dos ativos concorrentes estrangeiros posterior a crise de 2008, os quais, em grande parte, acabaram se retirando do país diante das dificuldades de consolidação no cenário competitivo doméstico.

Tabela 2 - Principais aquisições/incorporações dos maiores bancos do Brasil

IF Compradora	IF Vendida	Ano
Itaú	Banerj	1996
	Bemge	1998
	Banestado	2000
	BEG	2001
	BBA Creditanstalt	2002
	BankBoston	2006
	Unibanco	2008
	Credicard	2013
	CorpBanca	2014
	Vebank Securities	2020
HSBC	Bamerindus	1997
	Lloyds Bank	2003
Unibanco	Nacional	1995
	Dibens	1998
	Fininvest	2000
	Credibanco	2000
	Bandeirantes	2000
	BNL	2004
Banco do Brasil	BESC	2007
	BEP	2008
	Nossa Caixa	2008
	Votorantim	2009
	Patagonia	2010
	Postal	2010
	Eurobank	2012
Bradesco	BCN/Credial	1998
	Banep	1999
	Boavista	2000
	Mercantil de SP	2002
	Bilbao Vizcaya	2003
	BEC	2005
	BMC	2007
	Àgora Corretora	2008
	Ibi	2009
	BERJ	2011
	HSBC	2015

	BAC Florida Bank	2019
--	------------------	------

Fonte: Menezes (2019)

Fica evidente que a entrada de bancos estrangeiros no final dos anos 1990 não se traduziu em liderança nacional. O forte posicionamento e as estratégias agressivas das instituições privadas brasileiras impediram que os concorrentes internacionais se estabelecessem com destaque no mercado local.

Atualmente, o cenário bancário apresenta uma nova configuração com a entrada de entrantes disruptivos: as *fintechs*. Essas instituições utilizam plataformas digitais (*internet* e *mobile banking*) como ferramentas centrais de atuação, oferecendo praticidade e serviços sem tarifas que desafiam o modelo de negócios dos bancos tradicionais (Marques, 2019).

“Os bancos digitais também têm impactado o mercado bancário tradicional, ao estimular a competição. Com o aumento da oferta de produtos e serviços financeiros e a redução de tarifas, os bancos tradicionais se viram obrigados a se adaptar para não perderem clientes. Isso tem impulsionado a inovação e modernização dos serviços oferecidos pelos bancos tradicionais, que têm buscado integrar mais tecnologia em suas operações.”(Venturini, 2026, p.16)

Essa disrupção tecnológica provocou uma migração de correntistas, o maior exemplo disto é a liderança do Nubank em relação ao número de clientes, de acordo com Campos (2026) o Nubank (112 milhões) ultrapassou o Bradesco (110,5 milhões) em número de correntistas, muito provocado por uma proposta de valor ancorada na inovação.

Conforme apontam Mariani, Ornellas e Ricca (2023), a percepção de segurança dos usuários em relação à tecnologia bancária aumentou significativamente. Esse fenômeno é impulsionado pela desmaterialização da moeda, uma vez que a ausência de dinheiro em espécie reduz o risco de roubos físicos. Diante disso, como salienta Menezes (2021), os bancos tradicionais viram-se forçados a readequar suas estruturas operacionais para garantir uma melhor eficiência a baixo custo oferecidas pelas plataformas digitais.

CAPÍTULO 3:

EVIDÊNCIAS DE CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Este capítulo dedica-se à investigação empírica da concentração no setor bancário brasileiro ao longo do período compreendido entre 2007 e 2025, com foco específico nas dinâmicas de ativos totais e na carteira de crédito de bancos comerciais. Para fundamentar a análise, o estudo está estruturado em três seções interdependentes.

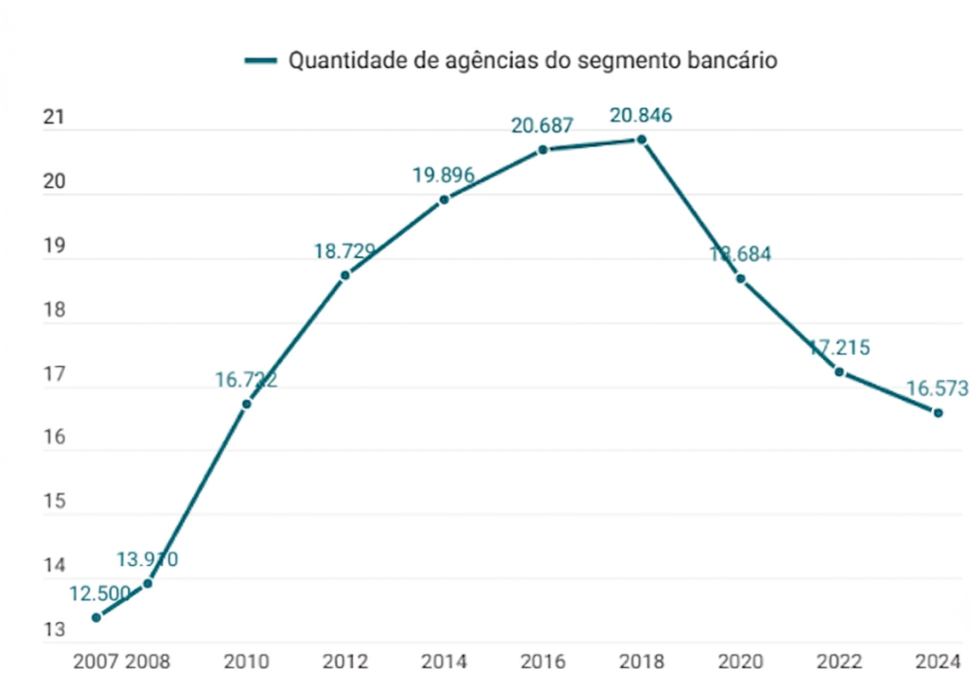
Na primeira seção, analisa-se a evolução da participação de mercado (*market share*) e a distribuição geográfica de agências, segmentadas entre bancos privados nacionais, instituições estrangeiras e bancos públicos atuantes no Sistema Financeiro Nacional (SFN). A base de dados secundários utilizada foi extraída junto ao Banco Central do Brasil (Bacen) e à Federação Brasileira de Bancos (Febraban). Esse mapeamento inicial permite compreender as respostas estratégicas de cada categoria institucional perante os choques macroeconômicos ocorridos no país, como a crise do *subprime* de 2008 e o advento da pandemia de Covid-19.

A segunda seção apresenta a fundamentação metodológica e o detalhamento matemático dos indicadores estruturais clássicos escolhidos para esta pesquisa: o Índice de Herfindahl-Hirschman (HHI) e as Razões de Concentração dos quatro maiores conglomerados (CR_4). Em seguida, esses índices são formalmente aplicados aos dados agregados de ativos e de crédito das instituições comerciais de âmbito nacional.

Por fim, a terceira seção discute os resultados quantitativos obtidos, confrontando-os com a trajetória histórica recente. Esse cruzamento analítico propicia uma compreensão qualitativa e contextualizada das transformações estruturais, dos processos de fusões e aquisições e da evolução da dinâmica competitiva do setor bancário brasileiro ao longo das últimas duas décadas.

3.1 Análise da participação bancária

Gráfico 1 - Evolução do Número de Agências Bancárias



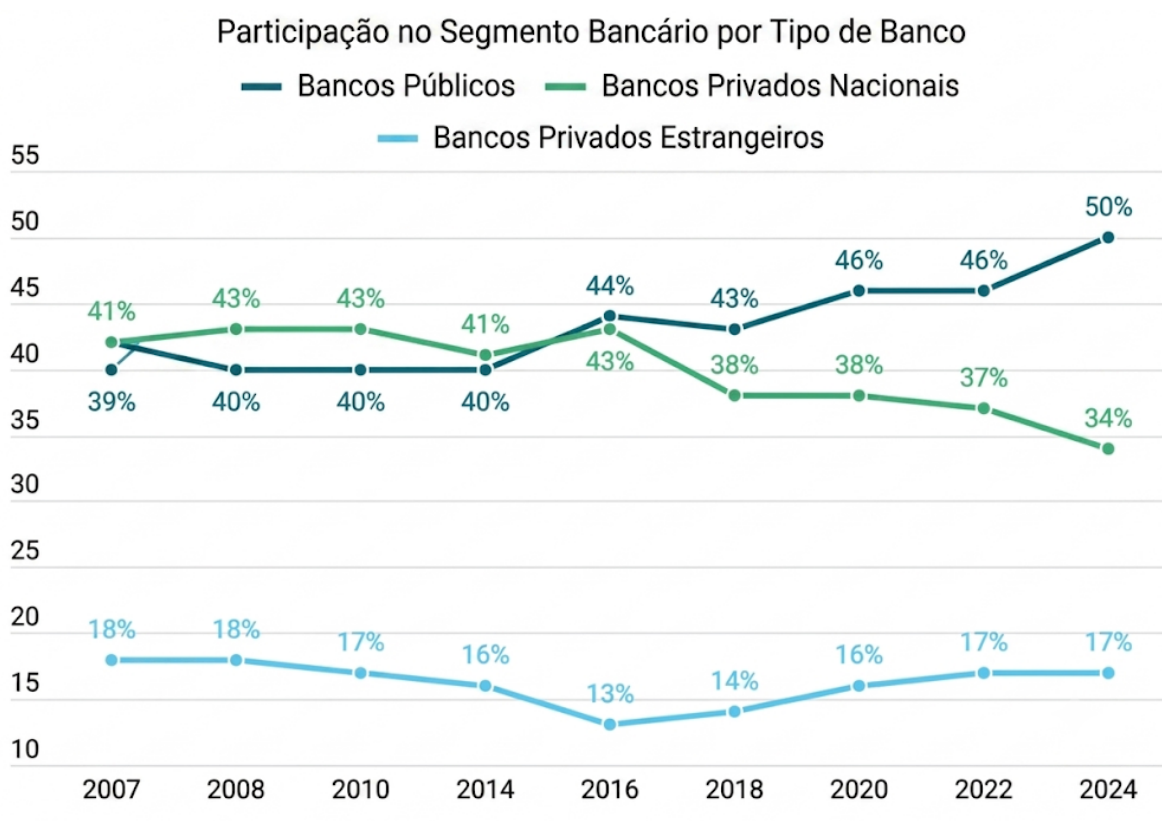
Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados retirados pelo Banco Central

A análise da distribuição física das instituições financeiras revela uma mudança de paradigma no modelo de negócios bancário brasileiro. Conforme ilustrado no Gráfico 1, o número de agências bancárias apresentou um crescimento sustentado durante a primeira década do período analisado, atingindo seu pico histórico em 2014. Entretanto, a partir de 2015, observa-se o início de uma trajetória de retração que se acentuou nos anos seguintes.

Diferente do que sugerem interpretações puramente cronológicas, a retração iniciada em meados de 2016 e consolidada em 2017 não foi um evento isolado, mas sim o reflexo de uma reestruturação operacional. Os grandes bancos tradicionais iniciaram um processo de fechamento de agências físicas como estratégia de redução de custos fixos e adaptação à migração dos clientes para canais digitais. Esse movimento foi impulsionado pela recessão econômica de 2015-2016, que comprimiu as margens de lucro e exigiu maior eficiência administrativa (Dieese, 2016).

O surgimento das fintechs e dos bancos digitais introduziu uma nova variável nessa dinâmica. Embora essas novas instituições não possuam redes de agências físicas expressivas, sua atuação via internet e mobile banking forçou os bancos acelerarem seus investimentos em tecnologia. Segundo Venturini (2026), a entrada desses competidores disruptivos alterou a percepção de valor do consumidor, focando em tarifas reduzidas e agilidade, o que contribuiu para o esvaziamento das unidades físicas tradicionais.

Gráfico 2 - Evolução da Distribuição de Agências por Segmento



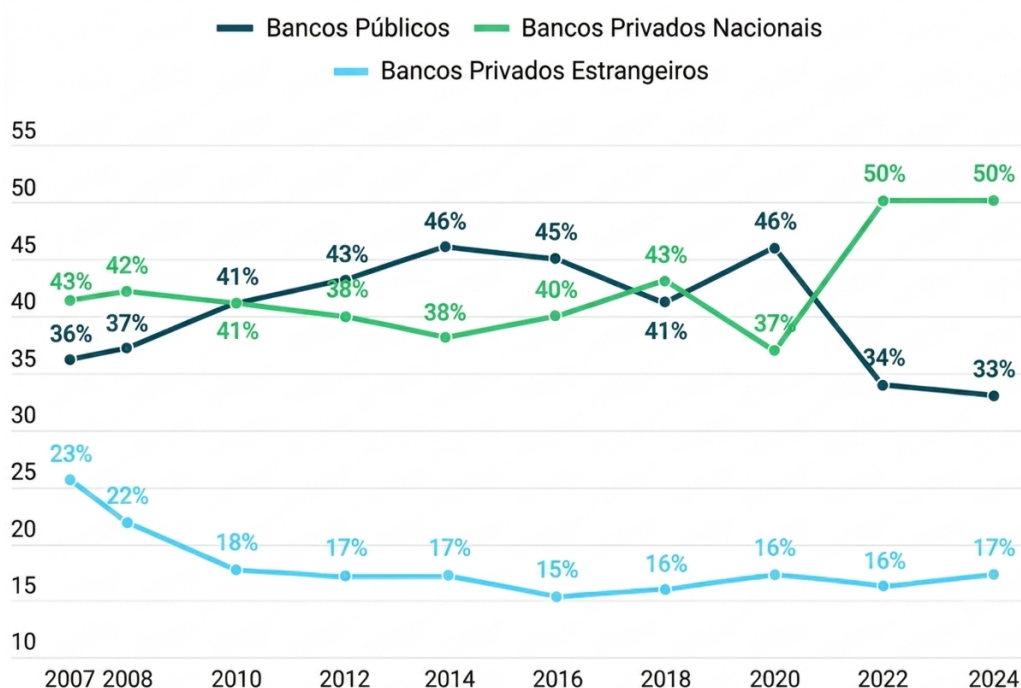
Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados retirados pelo Banco Central

De acordo com o gráfico 2 apesar da crise financeira de 2008, esse evento não impactou de forma significativa a distribuição de agências dos bancos privados nacionais naquele momento. A redução expressiva no número de agências dessas instituições teve início apenas a partir de 2014, tendência que se manteve até os dias atuais, resultando em uma queda de aproximadamente 8% no período. Conforme mencionado anteriormente, esse movimento decorre diretamente da

expansão dos canais digitais, sobretudo o *internet banking*, que reduziu a dependência do atendimento físico (MARIANI; ORNELAS; RICCA, 2023).

Por outro lado, de acordo com os dados apresentados, os bancos públicos foram os que apresentaram a maior distribuição na rede de agências, com um aumento de 10% entre 2008 e 2024. Já os bancos privados estrangeiros mantiveram a menor participação na disposição de agências ao longo de todo o período analisado, com seu ponto máximo registrado entre os anos de 2008 e 2010, quando chegaram a representar 18% do total.

Gráfico 3 - Evolução do *Market Share*³ Medido pelo Ativo



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados retirados do Banco Central

A participação de mercado em ativos das instituições do Sistema Financeiro Nacional (SFN), de acordo com o gráfico 3, mostra-se sensível a ciclos econômicos, como as crises internacionais e a recessão de 2015-2016. Além disso, políticas

³ O indicador de Market Share (MS) utilizado nesta pesquisa é calculado pela razão entre o valor do ativo (ou crédito) da instituição *i* e o valor total do segmento no SFN.

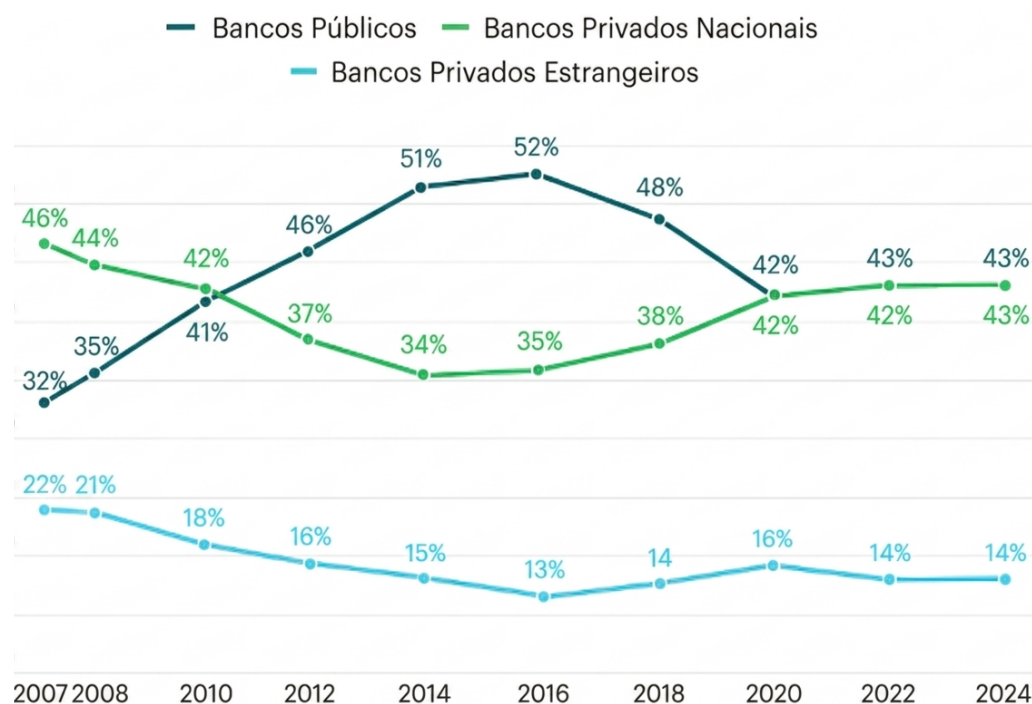
públicas e estratégias corporativas adotadas ao longo do tempo também exercem forte impacto sobre a estrutura patrimonial dessas entidades (Menezes, 2011).

Após a crise financeira global de 2008, observou-se uma mudança na dinâmica do Sistema Financeiro Nacional. Inicialmente, a política anticíclica adotada pelo governo federal expandiu a atuação dos bancos públicos que assumiram o protagonismo na oferta de crédito e aumentaram sua participação no total de ativos, conforme discutido na seção 2.1.3. Posteriormente, após esse período de forte intervenção estatal, o mercado passou por um ciclo de reacomodação, resultando na estabilização e na retomada da dominância dos bancos privados nacionais na composição dos ativos totais do sistema.

Entretanto, esse cenário começou a se modificar a partir de 2014, com o início de um movimento de retração no *market share* das instituições financeiras públicas, em decorrência da recessão econômica daquele período. Essa mudança refletiu o esgotamento da orientação econômica baseada na forte intervenção estatal, iniciando um período de transição em que os bancos públicos também passaram a contrair seus balanços após anos de políticas anticíclicas.

Durante a pandemia de 2020, destaca-se o crescimento da participação dos bancos privados nacionais, que passam a deter aproximadamente metade do *market share* do sistema bancário, ampliando a diferença em relação aos demais segmentos. Por outro lado, as instituições estrangeiras mantiveram uma participação modesta (entre 15% e 17%), demonstrando uma estratégia de nicho no mercado brasileiro, com forte peso do Santander, que sozinho representa 51% desse grupo.

Gráfico 4 - Evolução da Distribuição do Crédito do SFN por Segmento



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados retirados do banco central

O comportamento da carteira de crédito das instituições financeiras, de acordo com o gráfico 4, reflete movimentos semelhantes aos observados no *market share* dos ativos ao longo do tempo. A partir de 2008, observa-se um expressivo aumento na participação dos bancos públicos na concessão de crédito, impulsionado por uma política anticíclica voltada a garantir liquidez e ampliar o acesso ao crédito bancário diante da crise financeira mundial, conforme descrito no tópico 2.1.3.

Contudo, esse cenário começa a se reverter a partir de 2016, quando tem início uma retração na liberação de crédito por parte das instituições financeiras públicas. Essa mudança decorre da adoção de uma política econômica com foco no equilíbrio fiscal e na redução da atuação estatal no sistema financeiro. A partir de 2020, observa-se uma paridade entre a carteira de crédito das instituições financeiras públicas e das instituições privadas nacionais, movimento que vem se mantendo até os dias atuais. As instituições estrangeiras, que tiveram crescimento no início dos anos 2000, porém não conseguiram sustentar a expansão, vendo sua participação cair para 14% em 2024, refletindo tanto desafios operacionais como o aumento da competição doméstica.

3.2 Análise quantitativa da concentração bancária

A análise empírica do nível de concentração bancária será conduzida por meio da metodologia detalhada a seguir. Para quantificar a distribuição de mercado e identificar possíveis assimetrias competitivas, utilizam-se como principais métricas a Razão de Concentração (RC_k) e o Índice de Herfindahl-Hirschman (HHI)

3.2.1 Indicadores de concentração

A metodologia desta monografia fundamenta-se na revisão bibliográfica de artigos científicos concernentes à evolução da concentração bancária no Brasil, complementada por uma análise quantitativa baseada em dados secundários. Para a mensuração da estrutura de mercado, serão aplicados dois indicadores amplamente consolidados na literatura econômica: a Razão de Concentração (RC_k) e o Índice de Herfindahl-Hirschman (HHI), os quais serão detalhados teoricamente nas seções 3.1.1 e 3.1.2, respectivamente.

O horizonte temporal da análise compreende o período de 2007 a 2025, utilizando variáveis extraídas do sistema IF.data, mantido pelo Banco Central do Brasil (Bacen). Esta base de dados provê informações sobre as instituições financeiras operantes em âmbito nacional, permitindo o levantamento das participações de mercado necessárias para os cálculos. O foco da investigação recairá sobre duas dimensões do setor: o volume de ativos totais e a carteira de crédito das instituições.

A aplicação conjunta desses índices e variáveis permitirá diagnosticar adequadamente, os níveis de concentração e o grau de competitividade no setor bancário brasileiro ao longo das últimas duas décadas. Ao confrontar o RC_k , que destaca o poder das firmas líderes, com o HHI, que reflete a distribuição de todas as firmas no setor, a pesquisa visa entregar um resultado robusto acerca da dinâmica estrutural do sistema financeiro nacional.

3.2.1.1 Razão de Concentração

A Razão de Concentração (RC_k) constitui um indicador fundamental na análise da estrutura de mercado, sendo empregada para mensurar a participação agregada das K maiores instituições em relação ao volume total de um setor (Leon, 2014). No presente estudo, a aplicação deste índice volta-se ao setor bancário, com ênfase específica na análise da distribuição dos ativos totais e do mercado de crédito. Matematicamente, o cálculo fundamenta-se no somatório das fatias de mercado (*market share*) das principais firmas, expressas em termos percentuais, conforme a seguinte formulação:

$$RC = \sum x_{ij}$$

Nesta equação, x_i representa a participação individual da i -ésima instituição entre as k maiores, conforme definido por Lima e Carvalho (2009). Uma das principais vantagens deste indicador reside na falta de necessidade de saber de antemão sobre todas as firmas do mercado, exigindo apenas o conhecimento das participações das firmas líderes (Bikker; Haaf, 2002 *apud* Lima e Carvalho 2009). Convencionalmente, a análise delimita-se às 5 maiores organizações, embora a literatura não estabeleça uma regra rígida para tal escolha. Contudo, é imperativo reconhecer as limitações estruturais do RC_k : por focar exclusivamente nas firmas líderes, o índice torna-se insensível a alterações na estrutura competitiva entre os demais agentes. Consequentemente, movimentos de fusões e aquisições que ocorram fora do espectro das K maiores firmas não são captados pelo indicador, negligenciando variações na concentração global que podem ter sido elevadas em períodos anteriores (Leon, 2014). Assim, o resultado da mensuração reflete o nível de domínio exercido pelo topo da pirâmide bancária.

Os parâmetros utilizados para o desenvolvimento da pesquisa são baseados nos estudos sobre economia industrial de Bain (1968) e analisados por Menezes (2019) sendo eles:

Tabela 3 - Mensuração dos níveis de concentração no índice de RC_k

RC_k	Concentração
--------	--------------

90% < CR	Muito elevada
85% < CR < 90%	Elevada
70% < CR < 85%	Moderadamente elevada
45% < CR < 70%	Moderadamente baixa
CR < 45%	Baixa

Fonte: Elaborado pelo autor e adaptado de Bain (1968) *apud* Menezes (2021)

3.2.1.2 Índice de Herfindahl-Hirschman

Para superar essa limitação, será utilizado também o Índice de Herfindahl-Hirschman (HHI), que leva em consideração a soma dos quadrados das participações relativas de todas as instituições no mercado (Menezes, 2021). Esse índice é mais sensível às variações na distribuição de mercado e reflete melhor a concentração como um todo. Sua fórmula é dada por:

$$HHI = \sum Q_i^2$$

Em que Q_i representa a participação de mercado da i -ésima instituição. Devido a sua sensibilidade a processos de fusões e aquisições, quando duas empresas (A e B) se fundem, o novo índice reflete não apenas a soma de suas participações, mas o quadrado dessa soma: $(S_A + S_B)^2 = S_A^2 + S_B^2 + 2S_A S_B$. Portanto, o HHI aumenta em uma magnitude de $2S_A S_B$ após a fusão, evidenciando o aumento do poder de mercado de forma mais precisa que o CR. O HHI tende a zero em mercados com concorrência perfeita e se aproxima de 10.000 em estruturas monopolistas (Lima; Carvalho, 2009).

A interpretação utilizada do HHI será:

- HHI próximo de zero: Indica um mercado altamente competitivo, com muitas empresas pequenas.
- HHI entre 1.000 e 1.800: Indica um mercado moderadamente concentrado.
- HHI acima de 1.800: Indica um mercado altamente concentrado.
- HHI próximo de 10.000: Indica um mercado com poucas empresas, podendo chegar a um monopólio.

3.3 Resultados

A partir dos resultados apresentados na tabela 4 sobre os níveis de concentração no *Market share*, as métricas do HHI, CR_4 indicam um cenário mais competitivo, caracterizado por uma concentração moderadamente baixa. Contudo, com o advento da crise do *subprime*, observa-se um aumento expressivo nesses níveis. Conforme discutido no capítulo anterior, esse movimento ocorreu porque muitos correntistas migraram para instituições financeiras de maior porte em busca de segurança.

Confrontando esses dados com a literatura, observa-se uma convergência com os achados de Venturini (2026). O autor argumenta que, embora a entrada de bancos digitais tenha reduzido o CR4 de forma gradual a partir de 2020 (de 65% para 57% em 2025), o HHI permaneceu relativamente estável ou com quedas marginais. Isso sugere que, a entrada dos *players* como as *fintechs* não alcançaram o núcleo do sistema bancário (os grandes ativos) ainda é dominado pelos mesmos grandes instituições, mantendo uma estrutura de oligopólio moderado.

Tabela 4 - Evolução dos Índices de Concentração (Ativo Total)

Ano	HHI	CR_4
2007	0775	52%
2008	1075	65%
2009	1123	66%
2010	1108	64%
2011	1120	65%
2012	1138	65%
2013	1161	66%
2014	1155	66%
2015	1141	66%
2016	1227	69%
2017	1218	67%
2018	1178	67%
2019	1162	67%
2020	1120	65%
2021	1210	63%
2022	1165	62%

2023	1120	60%
2024	1100	59%
2025	1135	57%

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados retirados do Banco Central

A Tabela 5 apresenta os resultados dos índices em relação aos níveis de concentração nas carteiras de crédito do setor bancário. Observa-se que, em 2007, o segmento exibiu uma concentração moderadamente baixa, alinhando-se ao comportamento verificado na análise dos ativos totais. No entanto, após a crise de 2008, o sistema tornou-se mais concentrado, refletindo a expansão da participação de mercado das principais instituições financeiras.

Destaca-se que, nos anos de 2009 e 2015, os índices de concentração demonstraram certa estabilidade, indicando uma menor variância na estrutura competitiva do setor. A partir de 2017, contudo, o CR_4 atingiu um patamar moderadamente alto. Esse movimento foi impulsionado, em grande parte, pela restrição de crédito implementada pelos grandes bancos, conforme discutido na seção 2.1.3, cuja tendência de alta só foi interrompida no início da pandemia de 2020. Em suma, sob a ótica da carteira de crédito, a dinâmica da concentração bancária assemelha-se ao comportamento observado na variável de ativos totais, corroborando a consolidação de um padrão de concentração moderado a elevado no setor bancário brasileiro ao final do período analisado.

Tabela 5 - Evolução dos Índices de Concentração (Carteira de Crédito)

Ano	HHI	CR_4
2007	0845	54%
2008	1110	65%
2009	1130	66%
2010	1118	66%
2011	1119	65%
2012	1168	67%
2013	1240	71%
2014	1270	69%
2015	1272	68%

2016	1364	72%
2017	1363	72%
2018	1311	71%
2019	1262	71%
2020	1230	70%
2021	1281	69%
2022	1293	67%
2023	1230	66%
2024	1210	65%
2025	1180	64%

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados retirados do Banco Central

Diante dos dados apresentados, constata-se que a inserção das *fintechs* e dos novos bancos digitais como entrantes disruptivos no mercado nacional ainda não obteve sucesso em desconcentrar o setor bancário, especialmente no que tange à distribuição da carteira de crédito e à participação nos ativos totais. Sob essas métricas, a representatividade dessas novas instituições permanece residual.

É importante notar que, embora tenham registrado um crescimento acelerado no número de correntistas, sendo impulsionado pela intensa digitalização decorrente da pandemia de Covid-19, e demonstrado forte penetração no segmento de meios de pagamento, tais instituições não se consolidaram como protagonistas nas fatias centrais do mercado. Portanto, sua participação na estrutura do Sistema Financeiro Nacional (SFN) permanece marginal quando comparada à histórica centralização patrimonial exercida pelos grandes conglomerados bancários tradicionais.

CONCLUSÃO

Esta monografia teve como objetivo central analisar se ainda há indícios de persistência da concentração bancária no Brasil no período de 2007 a 2025, considerando o impacto da digitalização e da ascensão das *fintechs* no Sistema Financeiro Nacional. A hipótese inicial pressupunha que, a despeito das transformações tecnológicas, a estrutura concentrada do setor bancário tradicional permaneceria estável.

Para tanto, a metodologia empregada combinou uma abordagem macroeconômico-conjuntural da realidade brasileira, com foco nos impactos da

estabilização monetária, o *boom* das commodities, da crise do *subprime* de 2008, da recessão de 2015-2016 e do choque da pandemia de Covid-19, a uma análise setorial do Sistema Financeiro Nacional. Essa dupla perspectiva permite compreender, de forma integrada, o comportamento estratégico e as reações das instituições bancárias perante as sucessivas transformações e flutuações da economia nacional

Em seguida, no capítulo 3, foi conduzida a aplicação de indicadores quantitativos de concentração de mercado, nomeadamente a Razão de Concentração (CR_k) e o Índice de Herfindahl-Hirschman (HHI), sobre as variáveis de ativo total e carteira de crédito, utilizando dados secundários do Banco Central do Brasil. Os resultados obtidos revelaram que, de fato, o cenário bancário brasileiro passou por significativas reconfigurações.

Também foi identificada uma retração no número de agências físicas a partir de 2017, impulsionada pela digitalização e pela crescente adoção de canais como *internet banking*, *mobile banking* e PIX. A distribuição de agências por segmento também se alterou, com os bancos públicos não reduzindo sua participação na rede física, enquanto os bancos privados nacionais e estrangeiros ajustaram suas estratégias.

No que tange ao *market share* por ativos e à carteira de crédito, notou-se uma sensibilidade aos ciclos econômicos, com os bancos públicos ganhando espaço após a crise de 2008 devido a políticas anticíclicas, e os bancos privados nacionais recuperando terreno, especialmente após a pandemia.

Contudo, a análise dos indicadores de concentração (HHI e CR₄) demonstrou que, embora tenha havido uma leve redução nas razões de concentração em anos mais recentes, o Índice de Herfindahl-Hirschman permaneceu em patamares que indicam um mercado moderadamente concentrado. A concentração não retornou aos níveis pré-crise de 2008, e a ascensão das *fintechs*, embora tenha introduzido maior competitividade em nichos específicos, não foi suficiente para desarticular a estrutura oligopolista do setor como um todo. Isso corrobora a hipótese de que a digitalização bancária, embora tenha reconfigurado a dinâmica competitiva e os canais de atendimento, não resultou em uma desconcentração estrutural robusta do sistema bancário brasileiro, contudo é importante salientar que a conclusão retirada a partir da análise feita na pesquisa não implica uma relação causal direta de ineficácia das *fintechs*, mas sim que a sua atuação, até o momento, tem sido mais

eficaz na inclusão financeira e em meios de pagamento do que na desconcentração dos grandes estoques de ativos e crédito corporativo.

Em resumo, a pesquisa conclui que a concentração bancária no Brasil continua persistente, como assinalado em vários trabalhos considerados neste trabalho, persistência, adaptando-se a novos contextos macroeconômicos e tecnológico. As implicações desses achados mostram-se fundamentais para a compreensão do comportamento estratégico do mercado de crédito e da eficiência do sistema financeiro face às transformações impulsionadas pela inserção de inovações tecnológicas no setor bancário.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marcelo, P. (Org) **A ORDEM DO PROGRESSO: dois séculos de política econômica no Brasil**. 2a edição. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2014.

ABREU, Marcelo, P. WERNECK, Rogério L. F. **A Ordem do Progresso: : dois séculos de política econômica no Brasil**. Estabilização, Abertura e Privatização. Capítulo XV. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2014

ADATI, Fabiana Mitiko. **Mudanças recentes no sistema bancário nacional: impactos sobre sua forma de atuação**. 2002. 142 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020. DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2002.69>.

ALVARENGA, R. **Uma análise da dinâmica do setor bancário brasileiro**. Artigo de conclusão de especialização do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Econômico. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2013.

ARAUJO, V. L.; GENTIL, D. L. **Avanços, recuos, acertos e erros: uma análise da resposta da política econômica brasileira à crise financeira internacional**. 123 f. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2011.

BACHA, E. (1995): Plano Real: uma avaliação preliminar. Disponível em: https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev301.pdf

BAIN, J.S. Industrial Organization. 2 ed. New York . John Wiley Wiley & Sons, Hoboken. 1968

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **If data**. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/ifdata/>. Acesso em: 13 jun. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **O uso de TED e Pix pela população brasileira**. Relatório de Economia Bancária. Brasília, 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Recomendações de Basileia**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/recomendacoesbasileia>. Acesso em: 13 de julho de 2024

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relação de instituições em funcionamento**. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/relacao_instituicoes_funcionamento. Acesso em: 7 abr. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Estabilidade Bancária**. Brasília, 2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Sistema Gerenciador de Séries Temporais**. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>. Acesso em: 13 jun. 2025.

BARBOSA, Nelson. **Semana de Economia Brasileira: recessão, crises internas e efeitos da pandemia entre 2013 e 2022**. Blog Desenvolvimento (BNDES). Disponível em: <https://blogdodesenvolvimento.bndes.gov.br/serie/eventos/Semana-de-Economia-Brasileira-recessao-crisis-internas-e-efeitos-da-pandemia-entre-2013-e-2022/> Acesso em: 30 de junho de 2026

BARROS, L. A. B. C.; SILVA, C. K. S.; OLIVEIRA, R. F. **Presença estatal no mercado de crédito**: bancos públicos e crédito direcionado na crise de 2008. Revista Contabilidade & Finanças, v. 32, n. 87, p. 461-475, 2021.

BLACK, Clarissa. **Preços de commodities, termos de troca e crescimento econômico brasileiro nos anos 2000**. Revista de Indicadores Econômicos FEE, Rio Grande do Sul, 2015.

BORBA, Ilda C. **A concentração bancária brasileira influenciada pela inovação tecnológica**: uma análise descritiva para o período 2015-2022. Revista Gestão, Tecnologia e Inovação, 2025.

BRAGA, Vicente Piccoli. **Sistema Financeiro Nacional e participantes do mercado**. ANBIMA, Rio de Janeiro, p. 9-27, 2022.

CAMPOS, Álvaro. **Brasil perde um terço das agências bancárias em uma década**. Valor Econômico, 2026. Disponível em: <https://valor.globo.com/financas/noticia/2025/11/06/brasil-perde-um-terco-das-agencias-bancarias-em-uma-decada.ghtml>. Acesso em: 3 jul. 2026.

CAMPOS, Álvaro. **Nubank chega a 112 milhões e ultrapassa Bradesco e se torna o segundo maior banco do Brasil**. Valor Econômico, 2026. Disponível em: <https://valor.globo.com/financas/noticia/2026/01/22/nubank-chega-a-112-milhes-de-clientes-ultrapassa-bradesco-e-se-torna-2-maior-banco-do-brasil.ghtml>. Acesso em: 27 maio 2026.

CARMO, LUIZ E. D. **A Questão Fiscal nos Planos de Estabilização da Economia nos anos 1980 e no Plano Real**. Dissertação (Economia) – Universidade Estadual de São Paulo. Araraquara. 2018

CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em crise**: a economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CARVALHO, G. C.; OLIVEIRA, G. C. **Fragilização de grandes bancos no início do Plano Real**. Nova Economia, Belo Horizonte: UFMG, Departamento de Ciências Econômicas.

CORDEIRO, Bruno. **A crise econômica de 2008 e a atuação dos bancos públicos brasileiros**. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), São Paulo.

CORSI, Francisco L. **Da recessão à frágil recuperação**: uma análise da política econômica (2015-2018). Revista de Ciências Sociais UNESP, São Paulo, 2020.

CRUZ, D. **Um estudo sobre a concentração da indústria bancária no Brasil**. 2019. Dissertação (Economia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

CURY, Anay. **Mesmo diante de crise, lucro dos bancos não para de crescer**. G1 - Economia. 2015 Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2015/08/mesmo-diante-de-crise-lucro-dos-bancos-nao-para-de-crescer.html>. Acesso em: 01 de julho de 2026

CYSNE, R. P.; COSTA, S. G. S. **Reflexos do Plano Real sobre o sistema bancário brasileiro**. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v. 51, n. 3, p. 325-346, 1997.

DIEESE. **Bancos freiam crédito, reduzem agências e cortam postos de trabalho, mas lucros seguem elevados**. Desempenho dos Bancos 2015. São Paulo. 2016.

DIEESE. **Lucros permanecem elevados, mas bancos promovem intensa reestruturação**. Desempenho dos Bancos 2016. São Paulo. 2017

DINIZ, A. K.; CERNEV, A. K. **A sexta onda de inovações no sistema financeiro**. Inovação em serviços na economia do compartilhamento. São Paulo: Saraiva, 2019.

DINIZ, A. K.; CERNEV, A. K.; JAYO, M. **As cinco ondas de inovações tecnológicas em bancos**. In: BARBIERI, J. C.; SIMANTOB, M. A. (Org.). Organizações inovadoras do setor financeiro: teoria e casos de sucesso. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

FARIA, João A.; PAULA, Luiz F.; MARINHO, Alexandre. **Sistema financeiro: eficiência no setor bancário brasileiro: a experiência recente das fusões e aquisições**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

FEBRABAN. **Pandemia acelera bancarização e uso de canais digitais no Brasil**. Febraban Tech, 2020. Disponível em:

<https://febrabantech.febraban.org.br/temas/inovacao/pandemia-acelera-bancarizacao-e-uso-de-canais-digitais-no-brasil>. Acesso em: 10 jun. 2026.

GULLO, MARIA CAROLINA R. **A Economia na Pandemia Covid-19: Algumas Considerações**. Rosa dos ventos. Caxias do Sul. 2020

LARA, F. M; BLACK C. **A recessão brasileira A recessão brasileira cessão brasileira em 2015 e seu efeito conjuntural I sobre as importações**. Revista de Indicadores Econômicos FEE, Rio Grande do Sul, 2016.

LEON, Florian. **Measuring competition in banking**: a critical review of methods. CERDI Working Papers.

LIMA, André; CARVALHO, Luanda. **O processo de concentração bancária no Brasil de 1995 a 2005**: uma comparação internacional. Revista de Economia Mackenzie, São Paulo, v. 7, p. 148-175, 2009.

LIMA, Humberto S. R. **Transformações recentes no Sistema Bancário Nacional (1995-2007)**: ajustes de portfólio e evidências empíricas. 2009. 111 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

LIMA, NETO. O. et al. **Impacto da pandemia na economia brasileira**. Revista Gestão em Foco, Amapá, 2022.

LOPES, Fernandes et al. **Desempenho econômico e financeiro das empresas brasileiras de capital aberto**: um estudo das crises de 2008 e 2012. Revista Universo Contábil, v. 12, n. 1, p. 105-121, 2016.

MARIANI, Lucas; ORNELAS, José; RICCA, Bernardo. **Banks' physical footprint and financial technology adoption**. Working Paper Series, Brasília, 2023.

MARQUES, R. C. **A era digital no sistema bancário brasileiro**: um olhar para inclusão, concorrência e concentração. 2019. Dissertação (Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

MENEZES, G. **Desenvolvimento do Sistema Financeiro Brasileiro de 1995 a 2020**: uma análise da concentração bancária. 2021. Dissertação (Economia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

METZNER, T. D.; MATIAS, A. B. **O setor bancário brasileiro desde 1990 a 2010**. São Paulo: Manole, 2015.

MICHEL, Renault. **Resenha - Ordem do Progresso: dois séculos de política econômica no Brasil**. 2a edição. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, 2014.

MONASTERIO, L. **Fundamentos do pensamento econômico regional**. Capítulo 1. IPEA, Brasília, 2011. In: CRUZ, Bruno de Oliveira (org.) et al. Economia regional e urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil. Brasília, DF: Ipea, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3008>.

MONTEIRO NETO, A. **A urgência de coordenação de políticas produtivas no território**: mirando o enfrentamento da crise institucional e econômica recente, de 2015 a 2022. Brasília: Ipea, 2024.

OLIVEIRA, Giuliano C. **Estrutura patrimonial do Sistema Bancário no Brasil no período recente (2007-2014)**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, 2015.

OLIVEIRA, Lucas H.; SOARES, Aline F. **O processo de concentração bancária brasileiro**: análise setorial do período de 1995. Revista Iniciativa Econômica, Araraquara, 2019.

OREIRO, J. L. **Do Tripé Macroeconômico ao Fracasso da Nova Matriz: A Evolução do Regime de Política Macroeconômica no Brasil (1999-2014)**. Revista Politika. São Paulo. 2015

OREIRO, J. L. **A grande recessão brasileira: diagnóstico e uma agenda de política econômica**. Estudos Avançados, 31(89), 75-88. São Paulo. 2017.

OREIRO, J. L. **Só a Retomada do Desenvolvimento Econômico Pode Salvar o Brasil**. José Luis Oreiro ~ Economia, Opinião e Atualidade. 2019 Disponível em: <https://jlcoreiro.wordpress.com/2019/02/06/retomar-o-desenvolvimento-como-saida-para-a-crise-brasileira/> Acesso em: 06 de julho de 2026

PAULA, Luiz Fernando; MARQUES, Maria Beatriz. **Tendências recentes da consolidação bancária no Brasil**. Análise Econômica, Porto Alegre, ano 24, n. 45, p. 235-263, mar. 2006.

PAULA, L. F. **Tamanho, dimensão e concentração do sistema bancário no contexto de alta e baixa inflação no Brasil**. Nova Economia, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. 87-116, 1998.

PAULA, L. F. MOURA R. **Consequências econômicas da Operação Lava-Jato**. Valor Econômico. 2019. Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniao/coluna/consequencias-economicas-da-operacao-lava-jato.ghtml> Acesso em: 13 de junho de 2026

PAULA, L. F. PIRES, M. **Crise e perspectivas para a economia brasileira**. Scielo. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/JNpn6wfChvNj659nr4LLtGD/?format=html&lang=pt#> .Acesso em 06 de julho de 2026.

PINHEIRO, A. C; GIAMBIAGI, F; GOSTKORZEWICZ, J. **O Desempenho Macroeconômico do Brasil nos Anos 90**. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Rio de Janeiro, 1999.

PINHEIRO, A. C. **Impactos microeconômicos da privatização**. Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 26, n. 3, 1996.

PINHEIRO, A. C. **Privatização no Brasil: por quê? Até onde? Até quando?** Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Rio de Janeiro, 1999.

PUGA, F. P. **Sistema financeiro brasileiro: reestruturação recente, comparações internacionais e vulnerabilidade à crise cambial**. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Rio de Janeiro, 1999.

REGÔ E. C. L. **As regras de prudência bancária do Acordo de Basiléia**. Revista BNDES. Rio de Janeiro. 1995

REIS, João Bosco Mousinho. **A crise econômica do governo Dilma Rousseff: as interpretações ortodoxa, novo e social-desenvolvimentista**. 2024. 92 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2024.

REZENDE, L.P.F ; CROCCO, M. ; SILVA, F. F. **Crise e funcionalidade do sistema financeiro**. In: Associação Keynesiana Brasileira (AKB). (Org.). Política econômica para uma nova era: perspectivas para o mundo e Brasil. 1ed. Rio de Janeiro: Elsevier/ Campus, 2012.

ROUSSELET, Felipe. **Mesmo com recessão, bancos lucraram alto em 2016**. Sindicato dos Bancários, 2017. Disponível em: <https://spbancarios.com.br/04/2017/mesmo-com-recessao-bancos-lucraram-alto-em-2016>. Acesso em: 20 mar. 2026.

SICSÚ, JOÃO. **Brasil: é uma Depressão, não apenas uma recessão**. Revista Econômica Contemporânea. Rio de Janeiro. 2019

SILVA, J. A. **Crescimento e desaceleração da economia brasileira (2003-2014) na perspectiva dos regimes de demanda neokaleckianos**. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, 2016.

SILVA, F. F.; Chaves, I.M. . **Crise financeira e os sistemas bancários de Brasil e Alemanha - o papel dos bancos públicos**. Gestão & Regionalidade (online), v. 36, p. 174-200, 2020.

SIMONATO, Thiago C. **Impactos na economia brasileira do Auxílio Emergencial durante a pandemia do Covid-19: efeitos regionais, setoriais, familiares e no mercado de trabalho**. 2023. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

TAVARES, M. **Concentração bancária no Brasil: uma evidência empírica.** Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 25, n. 4, 1985.

TELES, André C.; DIAS, Murillo O. **A evolução da privatização no Brasil.** International Journal of Development Research, 2022.

TRECE, J. C.C. **Pandemia de Covid-19 no Brasil: Primeiros Impactos Sobre Agregados Macroeconômicos e Comércio Exterior.** Boletim de Economia e Política Internacional (IPEA). Brasília. 2020

VELOSO, E.; TREVISAN, L. **Estratégias organizacionais e processos de fusão: estudo de caso sobre mudanças de estrutura em agências bancárias.** Revista Administração em Diálogo, São Paulo, 2010.

VETURINI, V. H. **Concentração bancária no Brasil: uma análise do impacto dos bancos digitais.** Revista Regeo, São José dos Pinhais, 2026

VIDIGAL, G. E. B. **Bancos e finanças: aspectos da política financeira brasileira.** São Paulo: Raízes Artes Gráficas, 1981.

VIEIRA, V. H. F. **A Mudança no Papel das Reservas Internacionais na Economia Brasileira entre 1994 e 1999.** Dissertação (Economia) – Manaus. 2023

WERNECK, Rogério L. F. **Ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil** Consolidação da Estabilização e Reconstrução Institucional, 1995-2002 . Capítulo XVI. Elsevier, 2017.

ZACARIAS, A. G. A. **A crise bancária de 1995 e o Proer: precedentes, diagnóstico e consequências.** Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.